



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: UM ESTUDO COMPARATIVO  
ENTRE OS MELHORES INVESTIMENTOS PARA O FUTURO**

Bruna Radaelli

Lajeado, novembro de 2018

Bruna Radaelli

**PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: UM ESTUDO COMPARATIVO  
ENTRE OS MELHORES INVESTIMENTOS PARA O FUTURO**

Monografia apresentada na disciplina de Estágio Supervisionado em Contabilidade II, do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Taquari UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Samuel Martin de Conto

Lajeado, novembro de 2018

## **AGRADECIMENTOS**

É com muita alegria que estou me aproximando da conclusão de uma etapa muito importante da minha vida, quero agradecer em especial a todos que contribuíram de alguma forma, para esta conquista, somente foi possível, pois muitas pessoas especiais estiveram ao meu lado durante esta trajetória.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, que sempre me apoiou e compreendeu os momentos que não pude estar presente, em especial a minha mãe Silvia, pela educação e pelo exemplo de caráter e determinação em busca dos objetivos.

Aos meus amigos, pela dedicação e contribuição na revisão do trabalho, por me servirem de exemplo, superação e persistência para a conquista de minhas metas.

Aos professores e a Universidade do Vale do Taquari UNIVATES, por todo o conhecimento repassado durante a graduação, em especial ao meu orientador Prof. Samuel Martin de Conto, pela orientação e apoio no desenvolver deste estudo.

## RESUMO

A Previdência Privada é uma aposentadoria contratada pelas pessoas, com o objetivo de obter uma segurança para a aposentadoria futura. No entanto, existem outros tipos de investimentos disponíveis que também podem ser uma opção de acumulação para uma renda futura. O envelhecimento populacional e a previdência social vêm preocupando os trabalhadores, com o aumento gradativo da população idosa e a redução progressiva da população jovem, com isso a previdência social vem enfrentando dificuldades em equilibrar as contas. A partir disso, investir em uma aplicação tem sido uma opção para quem pensa em manter seu padrão de vida no futuro. Assim, este estudo tem como objetivo identificar e analisar os tipos de investimentos disponíveis e vantajosos a longo prazo para que seja possível manter o padrão de vida em sua inatividade laboral. Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, exploratória, qualitativa, buscando-se dados já existentes e disponíveis para consulta referente ao ano de 2017 e de janeiro a julho de 2018, para apurar e comparar a previdência privada e os outros tipos de investimentos, verificando qual das aplicações se torna mais vantajosa. Também foram feitas projeções no período de 35 anos, com o propósito de verificar os investimentos, risco, retorno, custo e liquidez, vantagens e desvantagens e qual dos investimentos torna-se mais atrativo, podendo garantir que sua renda gerada pela previdência social seja acrescida da renda investida. Através das projeções, percebeu-se que existem outras opções de investimento mais vantajosas do que a previdência privada. Os resultados indicam através das informações coletadas, que os títulos públicos e as LCA também são interessantes para um investimento de longo prazo. A pesquisa limita-se pela utilização de informações divulgadas pelas instituições, as quais não se pode prever a economia e nem o futuro.

**Palavras chaves:** Previdência Privada. Investimentos. Futuro. Renda. Aposentadoria.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Art.	Artigo
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EAPC	Entidades Abertas de Previdência Complementar
EFPC	Entidades Fechadas de Previdência Complementar
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IAPs	Instituto de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social

IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IR	Imposto de Renda
LCA	Letra de Crédito Agropecuário
LCI	Letra de Crédito Imobiliário
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
PGBL	Plano Gerador de Benefício Livre
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TBF	Taxa Básica Financeira
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TR	Taxa Referencial
VGBL	Vida Gerador de Benefício Livre

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Déficit</i> Previdenciário - RGPS .....	23
Figura 2 – <i>Ranking</i> das empresas segundo Família PGBL, dados acumulados janeiro a fevereiro/2018 .....	29
Figura 3 – <i>Ranking</i> das empresas segundo Família VGBL, dados acumulados janeiro a fevereiro/2018 .....	30
Figura 4 – Participação nos planos de caráter previdenciário, período janeiro a fevereiro/2018 .....	30
Figura 5 – Percentuais incidentes na tributação regressiva .....	31
Figura 6 – Alíquotas de IR incidentes sobre os pagamentos semestrais de juros...	43

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenciais entre a EFPC e EAPC.....	25
Quadro 2 – Resumo geral dos tipos de investimento .....	45
Quadro 3 – Resumo do levantamento dos dados .....	51
Quadro 4 – Contribuição mensal do INSS.....	55
Quadro 5 – Rendimentos da previdência privada VGBL.....	55
Quadro 6 – Rendimentos da previdência privada PGBL.....	56
Quadro 7 – As dez debêntures com maior retorno em 2017.....	57
Quadro 8 – As sete debêntures com maior retorno em 2018.....	57
Quadro 9 – Índice Ibovespa.....	58
Quadro 10 – Rendimentos dos fundos de investimento.....	58
Quadro 11 – Rendimentos dos títulos públicos.....	59
Quadro 12 – Taxa de juros CDI.....	59
Quadro 13 – Resumo dos investimentos.....	60
Quadro 14 – Análise da previdência social.....	60
Quadro 15 – Resultado dos investimentos de 2017.....	61
Quadro 16 – Resultado dos investimentos de 2018.....	62
Quadro 17 – Benefícios do regime geral da previdência social da cidade de Encantado/RS.....	64
Quadro 18 – Resultado da projeção referente as contribuições feitas a previdência social.....	64



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Expectativa de vida .....	21
Tabela 2 – Contribuição mensal do INSS para empregado, empregado doméstico e trabalhador Avulso 2018 .....	22
Tabela 3 – Imposto de renda 2018 .....	32
Tabela 4 – Rendimentos da poupança mensal no ano de 2018 .....	35
Tabela 5 – As dez debêntures com maior retorno .....	37
Tabela 6 – Fundos de renda fixa .....	40

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 Problema .....	12
1.2 Delimitação do tema .....	13
1.3 Objetivos .....	13
1.3.1 Objetivo geral .....	13
1.3.2 Objetivos específicos .....	13
1.4 Justificativa .....	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
2.1 Previdência Social.....	16
2.1.1 Histórico e evolução .....	17
2.1.2 Princípios .....	19
2.1.3 Definição .....	20
2.1.4 Benefícios .....	22
2.2 Previdência Complementar .....	24
2.2.1 Entidades de Previdência Complementar Fechada.....	25
2.2.2 Entidades de Previdência Complementar Aberta.....	26
2.2.3 Tributos .....	31
2.2.3.1 Tributação Regressiva .....	31
2.2.3.2 Tributação Progressiva.....	32
2.2.4 Taxas e Riscos .....	32
2.3 Outros tipos de investimentos .....	33
2.3.1 Caderneta de Poupança.....	34
2.3.2 Debêntures.....	36
2.3.3 Ações.....	37
2.3.4 Fundos de investimentos .....	39
2.3.5 Títulos públicos .....	41
2.3.6 LCI e LCA .....	43
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>46</b>
3.1 Tipo de pesquisa .....	47
3.1.1 Caracterização quanto à natureza de abordagem .....	47

3.1.2 Caracterização quanto ao procedimento técnico.....	48
3.1.3 Caracterização quanto aos fins e objetivos.....	49
3.2 Plano de coleta de dados .....	50
3.3 Tratamento e projeções.....	52
3.4 Limitações do método .....	53
 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE .....	 54
4.1 Rentabilidade dos investimentos .....	54
4.2 Projeções .....	60
4.3 Análise das contribuições relativas a cidade de Encantado/RS .....	64
4.4 Sugestões a partir dos resultados.....	65
 CONCLUSÃO .....	 67
 REFERÊNCIAS.....	 70
 APÊNDICE A – COLETA DE DADOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	 76
 APÊNDICE B – PROJEÇÃO .....	 83

## 1 INTRODUÇÃO

A Previdência Social adota o modelo de previdência onde os trabalhadores ativos sustentam os inativos, sendo ele o sistema de repartição. Portanto enquanto os trabalhadores estão em atividade profissional, eles contribuem para a Previdência Social que repassa essa contribuição para os aposentados. Desde o surgimento da previdência social ela vem sofrendo várias modificações no seu conceito e estrutura.

Todos os trabalhadores formais recolhem, obrigatoriamente, suas Contribuições Previdenciárias para o Fundo de Previdência, que surgiu para ser uma garantia aos trabalhadores em seu período de inatividade laboral, inclusive em casos de morte do segurado.

A Previdência Social não está sendo capaz de garantir aos trabalhadores a proteção de sua qualidade de vida durante sua aposentadoria. Já há algum tempo o governo aponta uma crise no setor previdenciário, tendo como causa um conjunto de fatores, originando os atuais déficits e desequilíbrios do sistema da Previdência, como por exemplo o aumento da expectativa de vida. O déficit da Previdência Social somou em 2017 R\$ 268,8 bilhões já o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) 182,45 bilhões tornando-se o maior rombo desde o início de sua história, tendo como elemento principal o descontrole das contas da previdência.

O sistema de Previdência Complementar, surge para assegurar ao trabalhador um recurso adicional, permitindo ao trabalhador, facultativamente, acumular reservas para que no futuro possa ter uma qualidade de vida melhor.

Na Previdência Privada deve-se comparar as taxas cobradas pelas instituições, com outros tipos de aplicações financeiras disponíveis, pois é um investimento de longo prazo. O assunto é muito importante, mas muitas vezes pela complexidade adiamos esta decisão, quanto mais cedo começar a investir, maior será a renda futura.

O presente estudo analisou o sistema de Previdência Social mostrando a necessidade de investir em outras aplicações financeiras, dentre elas o sistema de Previdência Complementar, buscando em ambos os contextos necessários para que os trabalhadores procurem através desta complementação a garantia de suas rendas no futuro.

O estudo tratou dos principais modelos de aplicações, as alternativas disponíveis no mercado e as vantagens e desvantagens em constituir planos de Previdência Complementar, fazendo comparações com a Previdência Social e outras aplicações financeiras.

## **1.1 Problema**

A atual situação da Previdência Social no Brasil não tem sido muito satisfatória para seus contribuintes, pois os valores recolhidos são muito elevados e os déficits que a previdência vem registrando preocupam os trabalhadores.

A Previdência Complementar entre as aplicações financeiras, teve um crescimento muito expressivo nos últimos anos. O tema Previdência Privada está ganhando cada dia mais espaço no cotidiano do brasileiro, preocupando-se com a manutenção do seu padrão de vida quando do seu período de inatividade laboral.

Dessa forma, esse estudo busca responder a seguinte questão:

**Dentre as opções para o futuro, a Previdência Complementar é a mais rentável em comparação a outros investimentos?**

## **1.2 Delimitação do tema**

O estudo delimita-se a atender aos seus objetivos, ou seja, identificar e analisar os tipos de investimentos mais adequados e necessários para que as pessoas possam se aposentar com mais tranquilidade no que se refere à sua renda. Serão filtradas informações disponibilizadas pelo INSS referente a cidade de Encantado/RS do período de dezembro de 2017, para a composição da base do estudo, fazendo uma projeção de 35 anos, para com isso identificar entre os investimentos: Previdência Complementar, Caderneta de Poupança, Debêntures, Ações, Fundos de Investimentos, Títulos Públicos, LCI (Letras de Crédito Imobiliário) e LCA (Letras de Crédito do Agronegócio) qual é mais rentável.

## **1.3 Objetivos**

Para que o trabalho tenha uma direção é preciso ter objetivos que estabelecem a finalidade do estudo e esclarecendo o que se deseja alcançar.

### **1.3.1 Objetivo geral**

Identificar se a Previdência Complementar é a mais rentável em comparação a outros investimentos, dentre as opções para o futuro.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

Para que o objetivo geral seja alcançado definem-se os seguintes objetivos específicos:

- Compreender a evolução recente do Sistema de Previdência Complementar no Brasil;
- Realizar projeções comparando a rentabilidade da Previdência Complementar com outros tipos de investimentos;

- Verificar a necessidade de complementar a aposentadoria da previdência social levando em consideração o custo de vida mais elevado;
- Identificar os argumentos necessários para que os trabalhadores procurem através dos outros tipos de investimentos, a proteção e a garantia de suas rendas no futuro;
- Propor sugestões a partir das projeções realizadas com os investimentos mais rentáveis.

#### **1.4 Justificativa**

Este estudo foi elaborado com a finalidade de explorar assuntos relacionados aos investimentos disponíveis no mercado, entre eles a Previdência Complementar, que surgiu através da preocupação de acumulação para o futuro. Explorando também outros tipos de aplicações disponíveis, com o propósito de auxiliar na escolha das mais adequadas. Tendo assim uma visão melhor de qual tipo de investimento resultam os melhores retornos financeiros para complementar em sua renda no futuro.

O sistema de Previdência Social vem enfrentando grandes dificuldades, a cada ano mais pessoas se aposentam (inclusive com baixa idade média) e menos pessoas contribuem. Esse comportamento é reflexo do envelhecimento da população brasileira, desvios, corrupção, desequilíbrios de aposentadorias, resultando assim em déficits cada vez maiores registrados nos últimos anos (RIBEIRO, 2018).

Para a acadêmica, esta pesquisa irá oportunizar a aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso, para através do estudo identificar qual dos investimentos é mais rentável para o futuro. Além disso, será possível aprofundar o conhecimento sobre o assunto escolhido.

Para a sociedade, com as mudanças recentes, quem quiser manter algum padrão de vida no futuro terá que começar a investir em outros tipos de aplicações, com isso através das projeções feitas pode-se apresentar as pessoas os tipos de

previdência complementar e as formas de recebimento do benefício no futuro, entre outras aplicações, podendo optar pelo sistema que melhor se enquadra no seu orçamento. E na academia, a contribuição para que o estudo fique disponível para outras pessoas, podendo ser útil futuramente.



## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Este capítulo destina-se aos conceitos relativos ao tema e o objetivo do trabalho, a apresentação dos elementos teóricos e de revisão da literatura inerentes aos assuntos que serão abordados. No decorrer do trabalho serão citadas a Previdência Social, as entidades de Previdência Complementar e outros tipos de aplicações financeiras disponíveis no mercado, as formas de investimento e os benefícios oferecidos por elas.

### **2.1 Previdência Social**

A Previdência Social no Brasil é administrada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, sendo um direito social, já as políticas referentes a essa área são cumpridas pelo INSS.

Junior (2011, p. 14) destaca os objetivos da Previdência Social:

A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte de quem dependiam economicamente.

Para compreender as definições da Previdência Social, é importante conhecer seu histórico no decorrer dos anos.

### 2.1.1 Histórico e evolução

A Previdência Social surge para garantir aos trabalhadores uma renda necessária para manter seu bem-estar social, no qual por algum motivo os trabalhadores perderam sua capacidade produtiva.

As primeiras medidas de proteção social no país foram no período colonial, a partir da criação das instituições de caráter assistencial como a Santa Casa de Misericórdia de Santos (BELTRÃO et al., 2004).

No entanto, com o decreto nº 9912 de 26 de março de 1888 no qual geriu o direito a aposentadoria aos empregados dos correios, havendo a necessidade de idade mínima de 60 anos e 30 anos de serviço. No entanto a Constituição de 1891 originou que a aposentadoria só poderia ser dada aos funcionários públicos em caso de invalidez no serviço, pois não havia nenhuma fonte de contribuição para o financiamento do valor concedido.

O ponto de partida da Previdência Social no Brasil é considerado com a Lei Eloy chaves segundo o Decreto nº 4.682 de 24 de janeiro de 1923.

Martins (2012, p. 8) destaca:

A Lei Eloy Chaves (Decreto nº 4.682, de 24-1-1923) foi a primeira norma a instituir no Brasil a previdência social, com a criação de caixas de aposentadorias e pensões para os ferroviários, de nível nacional. Tal fato, ocorreu em razão das manifestações gerais dos trabalhadores da época e da necessidade de apaziguar um setor estratégico e importante da mão de obra daquele tempo. Previa os benefícios de aposentadoria por invalidez, ordinária (equivalente a aposentadoria por tempo de contribuição), pensão por morte e assistência médica.

Martins (2012) relata que a partir de 1930, o sistema de previdência deixou de ser estruturado por empresa, abrangendo categorias profissionais.

De acordo com Martins (2012, p. 9):

Os institutos de aposentadorias e pensões surgiram nos moldes italianos. Cada categoria profissional passava a ter um fundo próprio. Havia tríplice contribuição: do empregado, do empregador e do governo. A contribuição dos empregadores incidia sobre a folha de pagamentos. O estado financiava o sistema por meio de uma taxa cobrada dos artigos importados. A gerencia do fundo era exercida por um representante dos empregados, um representante dos empregadores e um do governo. Além dos benefícios de aposentadorias e pensões, o instituto prestava serviços de saúde, internação hospitalar e atendimento ambulatorial.

Afonso (1996) destaca três períodos no histórico da previdência social, sendo eles o primeiro, segundo e terceiro período.

Primeiro período segundo Afonso (1996), o período de 1930 a 1945 no qual as categorias profissionais começam a se organizar para a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Ou seja, o direito à aposentadoria foi se ampliando para outras categorias profissionais.

Segundo período segundo Afonso (1996), no período de 1945 a 1966 foi aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), com isso houve a ampliação dos trabalhadores segurados, estendendo esse direito aos profissionais liberais, autônomos e, de forma compulsória, aos empregadores. Em 21 de Novembro de 1966, com o decreto nº 66 foi instituída a unificação dos institutos de aposentadorias, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Terceiro período segundo Afonso (1996), no período de 1966 a 1991 houve ampliação significativa do número de beneficiários, passando a contemplar os trabalhadores rurais, as empregadas domésticas, entre outros. Caracterizou-se também pela instituição de amparo aos idosos e inválidos. Em 1974, o Ministério do Trabalho e da Previdência Social cindiu-se, dando origem ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Em 1977, instituiu-se o sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS).

Já a Constituição de 05 de outubro de 1988, inseriu o conceito de seguridade social no Brasil, foi aprovada com um sistema integrado de proteção social constituído por três pilares: saúde pública, assistência social e Previdência Social.

Nas disposições gerais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 art. 195. Diz que:

Art. 195. A seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes do orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – Do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei incidentes sobre:

- a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- b) a receita ou o faturamento;
- c) o lucro;

- II – Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;
- III – Sobre a receita de concursos de prognósticos;
- IV – Do importador de bens ou serviços do exterior ou de quem a lei a ele equiparar (CF, art. 195).

Com o surgimento da Previdência Social e suas alterações no decorrer de sua história foi possível garantir as pessoas uma renda capaz de cumprir com as necessidades do trabalhador quando impossibilitado de exercer sua função.

No final do ano de 2003 é aprovado o projeto de reforma da previdência, principalmente em relação a Previdência dos servidores públicos, porém quanto ao regime geral, preveja a inclusão dos trabalhadores da economia informal na Previdência Social (CHAMON, 2005).

No ano de 2017 surge a maior reforma trabalhista com a Lei nº 13.467/2017, mexendo em vários dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e nas leis do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de custeio da Previdência Social, alterando todo sistema trabalhista tradicional (LIMA; LIMA, 2017).

De acordo com Lima e Lima (2017, p. 9):

A verdadeira mudança que a Lei da Reforma almeja é ideológica, sob dois eixos: a) encurtar o manto protetor do Estado sobre o trabalhador; b) dar leveza as relações de trabalho, com as facilidades de negociação direta entre patrões e empregados em um primeiro passo, em outro passo facultando a negociação dos direitos da categoria pelo sindicato. Em seu conjunto, a lei é ostensivamente patronal e padece de falta de legitimidade, visto que levada a efeito por um governo precário, com índice de popularidade abaixo de 10%, além de investigado nas operações Lava Jato e JBS.

A Previdência Social no Brasil vem enfrentando crises financeiras que levam o governo a encaminhar projetos de reforma da previdência, fazendo várias alterações no sistema.

### **2.1.2 Princípios**

Os princípios da Previdência Social dispostos pela Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 art. 2, no qual diz que:

Art. 2º A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos:

- I - Universalidade de participação nos planos previdenciários;
- II - Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;
- IV - Cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente;
- V - Irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo;
- VI - Valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo;
- VII - Previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional;
- VIII - Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados (LEI 8.213/91, art.2).

A Previdência Social desde sua criação vem garantindo o sustento de muitas famílias, com isso é importante seguir as leis e os princípios para garantir a continuidade desse sistema.

### 2.1.3 Definição

Inicialmente é importante destacar que a Previdência Social passa a existir para garantir aos trabalhadores os direitos necessários para amenizar as adversidades inesperadas e trazer tranquilidade, num período em que perde a sua capacidade de gerar renda e garantir a sua subsistência.

A Previdência Social é um direito social, previsto no art. 6º da Constituição Federal (CF) de 1988 entre os direitos e garantias fundamentais que garante renda não inferior a um salário mínimo nas seguintes situações conforme o art. 201 da CF:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial:

- I – Cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II – Proteção a maternidade, principalmente a gestante;
- III – Proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV – Salário família e auxílio reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V – Pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes (CF, art. 201).

A Previdência Social está integrada a Seguridade Social, abrange um conjunto integrado de ações com a iniciativa dos poderes públicos e da sociedade.

A Seguridade Social é definida por Martins (2012, p. 21) como:

O Direito da Seguridade Social é o conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover as suas necessidades pessoais básicas e de suas famílias, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

O sistema previdenciário brasileiro conta com três categorias, RGPS (Regime Geral de Previdência Social), RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) e a Previdência Complementar, a categoria que adotamos é o RGPS pelo sistema de repartição, sendo todos os indivíduos que contribuem ao INSS, onde os trabalhadores ativos sustentam os inativos (SECRETARIA DA PREVIDÊNCIA, 2018).

A Previdência Social é compulsória e capitaneada pelo Estado, através da RGPS que é responsável pela cobertura dos trabalhadores formais do setor privado, ou através dos regimes especiais RPPS que cobrem o funcionalismo público (BELTRÃO et al., 2004).

Weintraub (2003, p. 29) relata sobre os dois tipos de regime:

Resta saber o que é mais adequado. Se um regime de repartição, onde há possibilidade de benefícios cada vez menores para a maioria; ou um regime de capitalização, com os riscos inerentes das entidades privadas, além do fato de que nem todos possuem pecúlio para investir em fundos de aposentadoria (ensejando a coexistência dos sistemas). Em qualquer dos casos, a proteção social é essencial. Contudo, a proteção social jamais existirá sem estabilidade e segurança jurídica. Esses dois fatores dependem de elementos que transcendem o contexto jurídico.

Já a Previdência Complementar é opcional, uma aposentadoria contratada pelas pessoas, consiste em um benefício que proporciona ao trabalhador um seguro para sua aposentadoria futura.

Tabela 1 – Expectativa de vida

<b>Expectativa de Vida ao nascer no Brasil de ambos os sexos</b>	
<b>Ano</b>	<b>Expectativa (em anos)</b>
2016	75,8
2010	73,9
2000	69,8
1991	66,9
1980	62,5

Fonte: IBGE (2017).

Conforme a publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017, texto digital) na Tabela 1 pode-se observar em comparação aos anos de 1980 a 2016 no qual houve um aumento significativo no envelhecimento populacional. “Obtendo assim insuficiência de recursos para a cobertura dos compromissos do sistema de previdência social, com isso, ou se recorre a aumentos nas contribuições ou se recorre aos recursos da União.”

Portanto com o passar dos anos o Brasil terá uma quantidade elevada de idosos recebendo benefícios e menos jovens ingressando no mercado de trabalho (contribuindo), no qual as contribuições para a Previdência Social é que garantem o pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Isto quer dizer que o aumento da longevidade causou um impacto na composição etária da população brasileira. Onde seguimos em um processo de envelhecimento populacional. Com os desenvolvimentos tecnológicos, principalmente na área médica, possibilitam as pessoas a viverem mais e ter menos filhos (WEINTRAUB, 2003).

#### 2.1.4 Benefícios

A Previdência Social é disposta sob a forma de regime geral, de modo contributivo e de filiação obrigatória. Todas as pessoas que exercem atividade remunerada contribuem obrigatoriamente (SECRETARIA DA PREVIDÊNCIA, 2018).

Conforme publicação do INSS (2018, texto digital), “a tabela de contribuição mensal poderá ser utilizada para consulta sobre as faixas de salários e respectivas alíquotas de incidência para o cálculo da contribuição a ser paga”.

Tabela 2 – Contribuição mensal do INSS para empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso 2018

Salário de Contribuição (R\$)	Alíquota
Até R\$ 1.693,72	8%
De R\$ 1.693,73 a R\$ 2.822,90	9%
De R\$ 2.822,91 até R\$ 5.645,80	11%

Fonte: INSS (2018).

A partir das contribuições feitas os trabalhadores passam a ter direito a benefícios estabelecidos na Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 art. 18, que são:

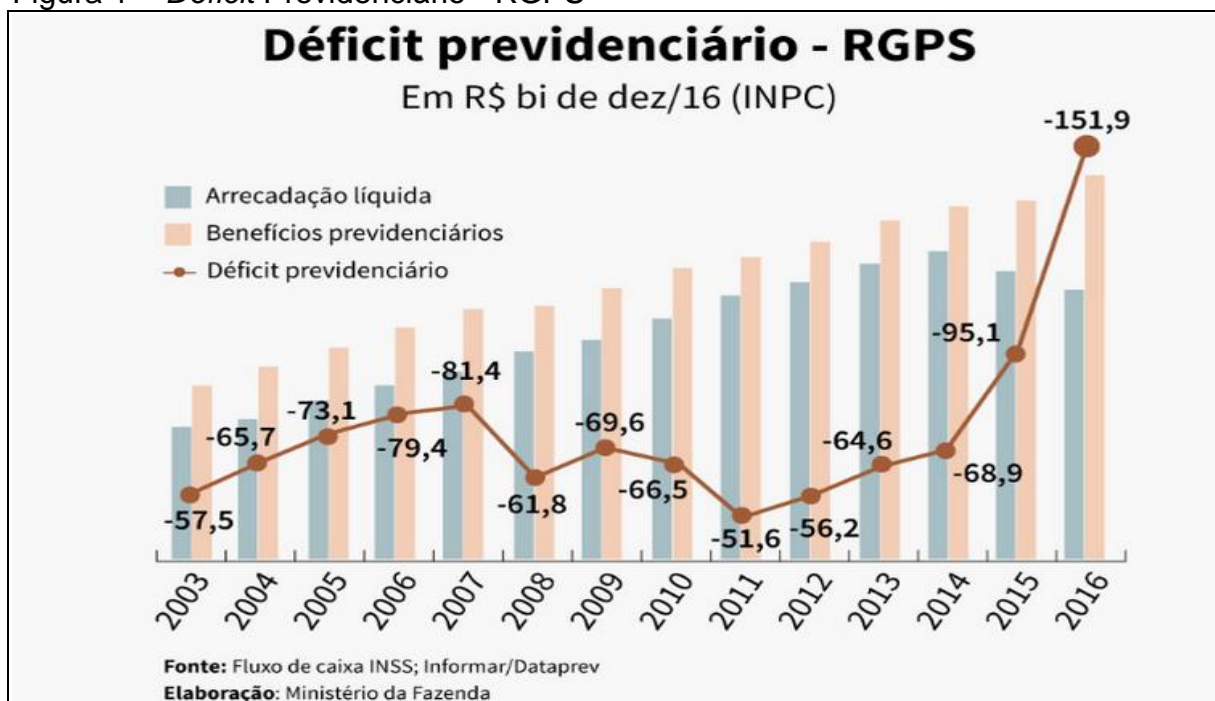
Art. 18. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços:

I - Quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria por idade;
- c) aposentadoria por tempo de contribuição;
- d) aposentadoria especial;
- e) auxílio-doença;
- f) salário-família;
- g) salário-maternidade;
- h) auxílio-acidente; (LEI Nº 8213/91, art. 18).

Conforme Publicação no anuário estatístico da Previdência Social (2016) no mês de dezembro de 2016 foram registrados 29.023.171 benefícios do RGPS em situação de ativos, um crescimento de 2,82% em relação ao ano de 2015. Considerando somente os benefícios de aposentadorias não acidentárias, a taxa de crescimento entre 2015 e 2016 foi de 3,48% superior à taxa de 2,72% observada entre 2014 e 2015. Destaca-se o crescimento das aposentadorias por tempo de contribuição, nas quais concentram-se os benefícios de valor mais elevado - com taxa de crescimento de 5,37% em 2016.

Figura 1 – Déficit Previdenciário - RGPS



Fonte: Ministério da Fazenda (2017).

Conforme o Ministério da Fazenda (2017, texto digital) na Figura 1 “em 2016, a Previdência Social registrou um déficit de R\$ 151,9 bilhões, crescimento de 59,7%



em relação a 2015. Em valores nominais, o déficit foi de R\$ 149,7 bilhões. A despesa com benefícios cresceu 6,6% e fechou o ano em R\$ 515,9 bilhões”.

## 2.2 Previdência Complementar

A dificuldade do país em assegurar aos trabalhadores uma aposentadoria digna que mantivesse seu padrão de vida, impulsionou o surgimento de outras formas de proteção de natureza previdenciária.

Conforme publicação da Secretaria de Previdência (2017, texto digital) “a legislação principal aplicada ao regime de previdência complementar são as Leis Complementares nº 108 e nº 109 de 29 de maio de 2001. A Lei Complementar nº 108 dispõe sobre a relação dos órgãos públicos de todas as esferas Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal com suas entidades fechadas de previdência complementar (fundo de pensão), enquanto a Lei Complementar nº 109 trata das regras gerais tanto para previdência complementar aberta quanto fechada, regulamentando o art. 202 da CF”.

De acordo com o art. 1º da Lei nº 6.435 de 15 de julho de 1977:

Art. 1º. Entidades de previdência privada, para os efeitos da presente Lei, são as que têm por objeto instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos (LEI Nº 6435/77, art. 1).

Entretanto o fundamento dos planos de Previdência Privada não é o enriquecimento da pessoa por meio de aplicações, tendo como principal ponto permitir uma continuidade no padrão de vida da pessoa, complementando assim sua aposentadoria (WEINTRAUB, 2003).

De acordo com Beltrão et al. (2004, p. 15):

O seguro social complementar ou previdência complementar/privada, como o próprio nome bem o indica, visa complementar ou suplementar os benefícios e serviços do seguro social básico, ainda que o segurado deste pilar não obrigatoriamente esteja vinculado ao regime básico. Trata-se, conseqüentemente, de uma escolha individual exercida a partir do poder aquisitivo de cada um, contraposto ao nível de benefício que deseja auferir ao final de sua vida ativa.

A previdência complementar no Brasil é dividida em dois grupos, Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), sendo planos criados por empresas e voltados somente para seus funcionários e as Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC), no qual são comercializados por bancos e seguradoras, e podem ser adquiridos por qualquer pessoa.

**Quadro 1 – Diferenciais entre a EFPC e EAPC**

<b>Entidade Fechada (Fundo de Pensão)</b>	<b>Entidade Aberta (Bancos e Seguradoras)</b>
<p>Entidade sem fins lucrativos.</p> <p>Organizadas por empresas e entidades associativas na forma de fundação/sociedade civil.</p> <p>Fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).</p> <p>Menores taxas de administração.</p> <p>Rentabilidade e superávit reverterem ao plano de benefícios.</p> <p>Em casos de déficit, os participantes, os assistidos e patrocinadores são responsáveis pelo equacionamento.</p> <p>Tábua de Sobrevivência mais aderente ao grupo de pessoas no plano, de acordo com a legislação vigente.</p> <p>Governança Corporativa – Conselhos Deliberativo e Fiscal compostos por participantes indicados pelo patrocinador e eleitos pelos próprios participantes.</p>	<p>Entidade com fins lucrativos.</p> <p>Organizadas por instituições financeiras e seguradoras na forma de sociedade anônima.</p> <p>Fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).</p> <p>Maiores taxas de administração (incidentes sobre o saldo de conta-base do benefício).</p> <p>Rentabilidade e Superávit remuneram mais os acionistas do que os participantes.</p> <p>Em caso de déficit, a responsabilidade é inteiramente do Banco ou Seguradora.</p> <p>Tábua de sobrevivência mais conservadora em relação ao grupo de pessoas no plano, de acordo com a legislação vigente.</p> <p>Não existe a participação dos associados no processo de gestão.</p>

Fonte: BB Previdência (2018).

Portanto, a Previdência Complementar surge para garantir aos trabalhadores uma renda no futuro, em especial em seu período de inatividade laboral. Como tende a diminuir o benefício do governo, muitas pessoas estão optando em um plano de Previdência Complementar para garantir uma renda cabível ao fim de suas atividades profissionais.

### **2.2.1 Entidades de Previdência Complementar Fechada**

A entidades fechadas de previdência complementar são compostas de planos criados por empresas e voltados somente para os funcionários sendo chamados de fundo de pensão, sem fins lucrativos já que todos os ganhos são repassados aos participantes. Sendo fiscalizados pela PREVIC (SECRETARIA DA PREVIDÊNCIA, 2018).

Weintraub (2003, p. 38) define a Previdência Complementar Fechada da seguinte maneira:

O Sistema de Previdência Privada Fechada se baseia na contribuição conjunta do participante (trabalhador) e da patrocinadora (pessoa jurídica que possui vínculo empregatício com o trabalhador) em partes pré-estabelecidas que devem ser capitalizadas via diversos ativos do mercado de capitais, para que em um futuro programado, e de acordo com regras definidas para cálculo de suplementação de aposentadoria, proporcione ao ex-trabalhador, agora inativo, uma renda que o ampare na velhice. A contribuição da empresa consiste num incentivo aos empregados, que poderão contar com a manutenção do seu padrão de vida quando da inatividade.

As empresas que escolhem por ter um fundo fechado ou fundo de pensão são as patrocinadoras do plano, geralmente elas fazem contribuições em nome de seus funcionários, sendo que só podem fazer parte destes planos os colaboradores da própria empresa (BRASILPREV, 2016).

Uma das vantagens é a formação de reserva financeira, o participante contribui mensalmente para o plano, ao mesmo tempo a empresa também contribui de forma igual.

Porém existe outro tipo de fundo fechado que é o multipatrocinado, sendo uma entidade que agrupa diversas empresas independentes entre si, tendo uma diminuição dos custos operacionais, sendo divididos pelas empresas que fizerem parte (BRASILPREV, 2016).

As entidades de previdência complementar fechada por não terem fins lucrativos na maioria das vezes é mais vantajosa, pois todos os custos de administração e gestão financeira acabam sendo menores em relação a Aberta, porém esses planos são criados por empresas e voltados somente para os funcionários.

## **2.2.2 Entidades de Previdência Complementar Aberta**

As entidades abertas de previdência complementar constituem planos acessíveis, no qual permitem que qualquer pessoa possa investir neles e resgatar seu dinheiro após a carência mínima, porém os administradores que são bancos e seguradoras lucram com esta atividade.

Segundo o art. 36 da Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001, são definidas como entidades abertas de previdência complementar:

Art. 36. As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedido em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. Parágrafo único. As sociedades seguradoras autorizadas a operar exclusivamente no ramo vida poderão ser autorizadas a operar os planos de benefícios a que se refere o caput, a elas se aplicando as disposições desta Lei Complementar (LC Nº 109/2001, art. 36).

Sendo a responsabilidade pelo controle e fiscalização da SUSEP que é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, que foi criada pelo decreto-lei nº 73 de 21 de novembro de 1966.

A previdência complementar aberta é definida por Beltrão et al. (2004, p. 15) como:

Previdência Privada Aberta, destinada a uma clientela de caráter geral, sem quaisquer outras exigências que não a adesão ao plano por meio de aporte regular das contribuições requeridas. Embora condições especiais possam ser oferecidas a certos grupos, a vinculação é de caráter individual.

São diversos fatores que influenciam em um plano de previdência privada. A idade é um deles, quanto antes se ingressar menor taxa se tem e o investimento trará rentabilidade positiva em longo prazo.

Na visão de Weintraub (2003, p. 112):

O Participante é a pessoa física que adere a um plano previdenciário privado, por meio de um contrato de adesão, devendo se submeter ao regulamento específico do plano. E o beneficiário é a pessoa indicada pelo participante para receber benefícios previstos nos planos, em decorrência de determinado evento gerador, geralmente a morte do participante.

Quando se adquirir um plano de previdência privada é importante observar em que fundos de investimentos que o gestor do plano de previdência privada aplica e a alocação dos recursos depositados. A maior parte dos planos de previdência privada aberta aplicam os recursos em fundos de renda fixa para diminuir o risco do investimento.

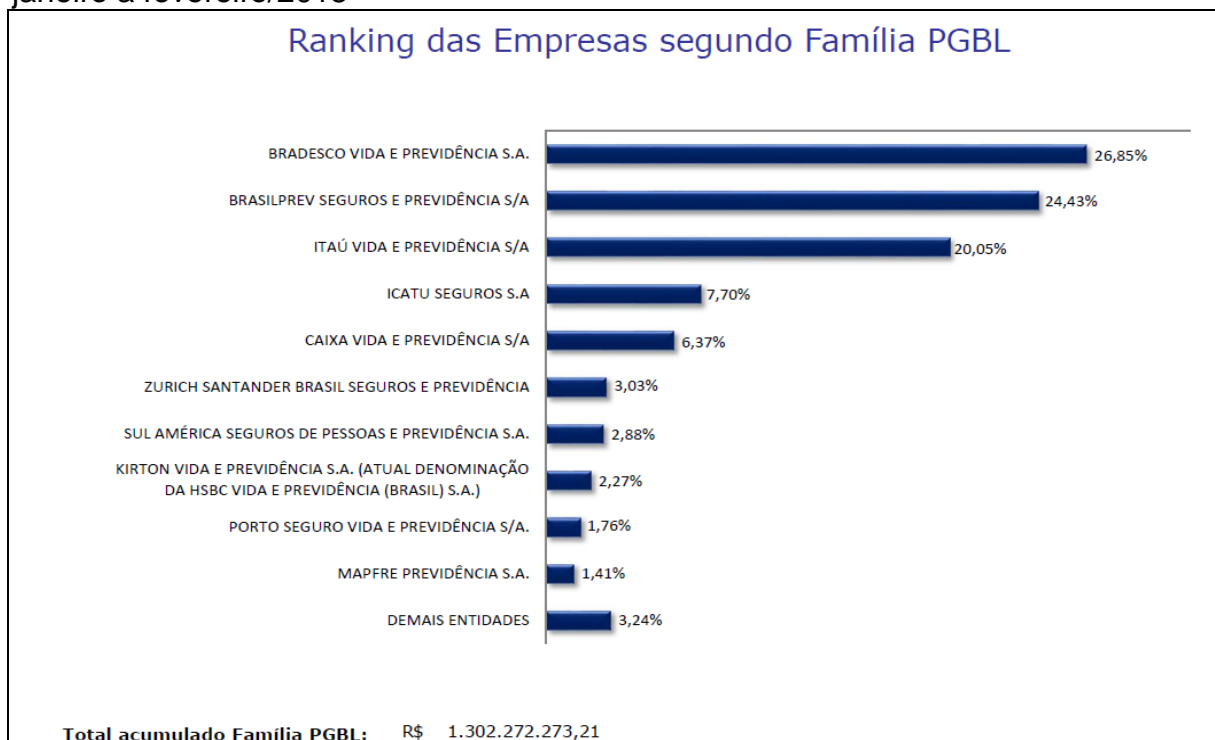
Segundo o Banco do Brasil (2018) as formas de receber o plano de previdência são:

- Pagamento Único: recebe de uma vez só toda a reserva acumulada no plano;
- Vitalícia: receberá o benefício mensalmente por toda a vida;
- Temporária: define-se por quanto tempo receberá a renda;
- Prazo certo: Você utiliza 100% dos recursos acumulados e define por quantos anos receberá a renda (máximo de 20 anos).
- Vitalícia com Prazo Mínimo Garantido: receberá o benefício mensalmente por toda sua vida e escolhe um prazo mínimo garantido para recebimento da renda. O prazo mínimo garantido sempre deve ser múltiplo de 5 anos, com um limite de 20 anos.
- Vitalícia reversível ao Beneficiário Indicado: você receberá o benefício mensalmente por toda sua vida. Em caso de falecimento, o beneficiário indicado no momento da concessão do benefício passa a receber um percentual dessa renda, também vitaliciamente
- Vitalícia Reversível ao Cônjuge/Companheiro (a) com Continuidade aos Menores: você receberá o benefício mensalmente por toda a vida. Em caso de falecimento, o cônjuge/companheiro passa a receber a renda vitaliciamente. Em caso de falecimento do cônjuge/companheiro, a renda é rateada ao (s) menor (es) indicado (s) como beneficiário (s) no momento da concessão do benefício, até que completem 21 anos.

Os planos estão divididos em duas modalidades:

Conforme Correia e Villela (2005, p. 63) no Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) “as quantias relativas as respectivas contribuições podem ser deduzidas até o limite de 12% do valor anual da renda bruta tributável, mas no momento do resgate ou recebimento do benefício é devido o imposto de renda sobre o valor total pago ao contribuinte, salvo se o valor do resgate ou das retiradas mensais foi igual ou inferior ao limite de isenção do imposto de renda”. Este plano é mais indicado para quem faz a declaração anual do imposto de renda no modelo completo.

Figura 2 – *Ranking* das empresas segundo Família PGBL, dados acumulados janeiro a fevereiro/2018

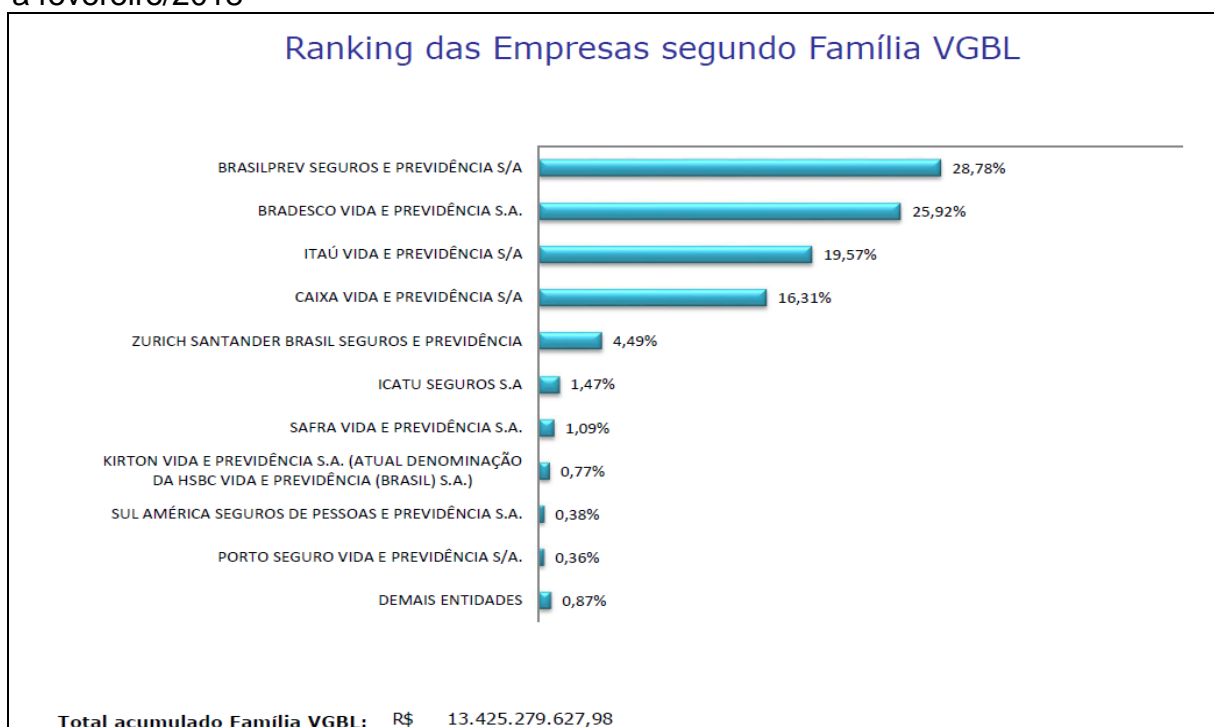


Fonte: FenaPrevi (2018).

Correia e Villela (2005, p. 63) quanto ao plano Vida Geradora de Benefício Livre (VGBL) “as quantias relativas às respectivas contribuições não podem ser deduzidas do valor da renda anual bruta, mas o imposto de renda é devido apenas sobre o valor dos rendimentos obtidos com o investimento”. Este plano é mais indicado para quem optar pela declaração simplificada do imposto de renda utilizando o desconto padrão de 20%.

No caso da VGBL, não há dedução fiscal na aplicação, portanto a vantagem fiscal vai depender muito dos valores aplicados, de quanto for o ganho de capital no resgate e das eventuais despesas dedutíveis que o investidor tiver quando resgatar (INFOMONEY, 2017).

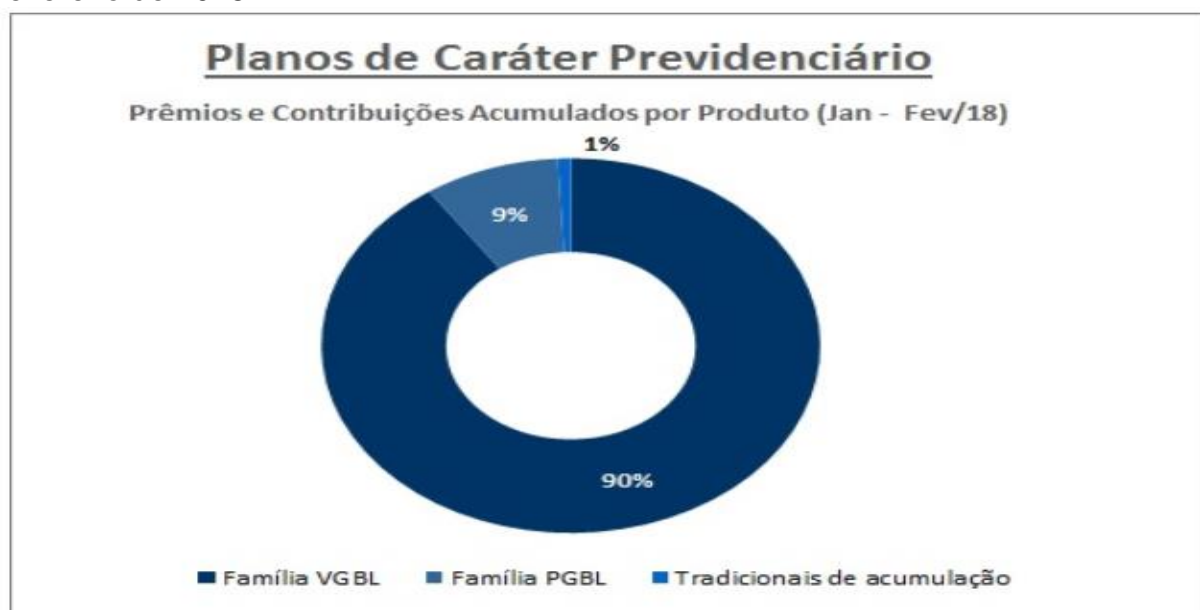
Figura 3 - *Ranking* das empresas segundo Família VGBL, dados acumulados janeiro a fevereiro/2018



Fonte: FenaPrevi (2018).

Percebe-se na Figura 3 no *ranking* das empresas que o plano VGBL é o mais utilizado com um total de acumulação de R\$ 13.425.278.627,98 nos meses de janeiro e fevereiro de 2018, onde a BrasilPrev Seguros e Previdência S/A é a mais escolhida pelas pessoas.

Figura 4 – Participação nos planos de caráter previdenciário, período de janeiro a fevereiro de 2018



Fonte: FenaPrevi (2018).

Verifica-se na Figura 4 no qual a FenaPrevi (2018) relata que o VGBL é o mais utilizado, pois é a melhor opção para as pessoas que fazem declaração simples de imposto de sua renda anual, já o PGBL só seria viável caso fosse feita declaração completa de imposto de renda, onde permite reduzir a base de cálculo para a Declaração do Imposto de Renda para quem optar pelo modelo.

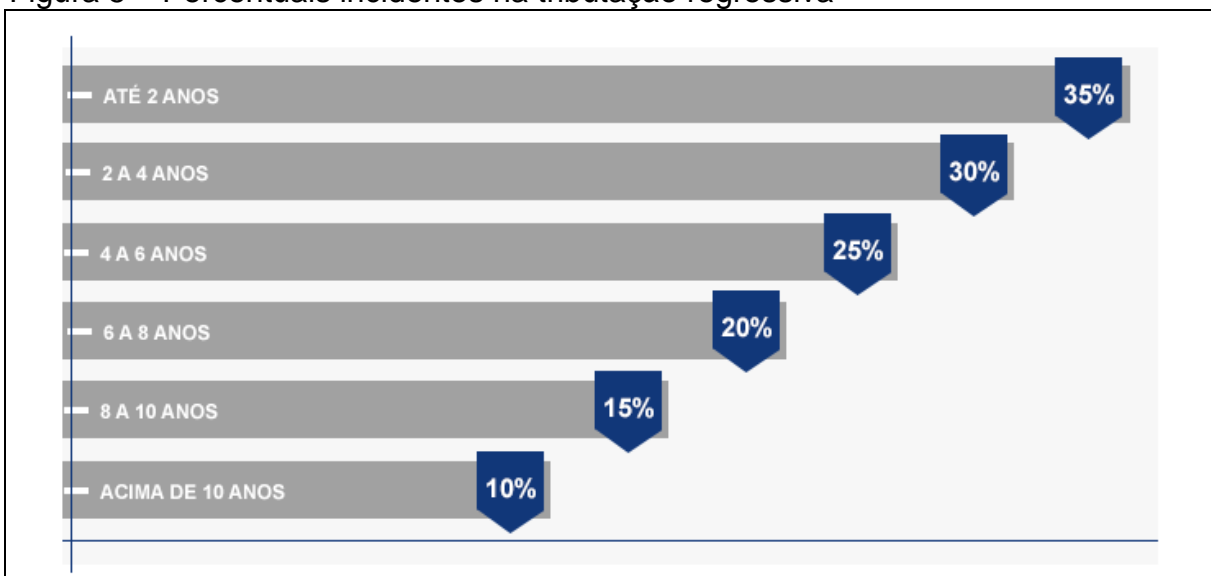
### 2.2.3 Tributos

Um fator muito importante na hora de escolher um plano de previdência complementar é saber por quanto tempo assumira esse investimento, para assim poder optar pela tributação mais adequada na hora da contratação do plano. Existem duas formas de tributação do Imposto de Renda, vejamos como elas podem impactar na evolução de um plano de previdência (INFOMONEY, 2018).

#### 2.2.3.1 Tributação Regressiva

Esta tributação se chama regressiva, pois a alíquota do Imposto de Renda (IR) diminui com o passar do tempo. Pois quanto mais tempo você continuar no plano, menor será a alíquota de imposto de renda na hora do resgate ou recebimento da renda (BRASILPREV, 2016).

Figura 5 – Percentuais incidentes na tributação regressiva



Fonte: Brasilprev (2016).



Conforme a Figura 5, pode-se ver que esta tributação é ideal para as pessoas que pretendem resgatar os valores investidos a longo prazo, pois quanto mais tempo permanecer no plano, menor será a alíquota do imposto de renda (BRASILPREV, 2016).

Portanto as pessoas que querem fazer um plano de previdência com mais de dez anos devem optar por esta modalidade, pois quando começar a receber esse saldo, será analisado o tempo de acumulação e com base nas informações aplicado o percentual equivalente.

### 2.2.3.2 Tributação Progressiva

Para cálculo da tributação é utilizada a mesma tabela que gera a alíquota do IR sobre o salário. Porém, o que determina a alíquota é o valor a ser resgatado ou transformado em renda (BRASILPREV, 2016).

Tabela 3 – Imposto de Renda 2018

Base da Cálculo Anual (R\$)	Base de Cálculo Mensal (R\$)	Alíquota (%)
Até 22.847,76	Até 1.903,98	-
De 22.847,77 até 33.919,80	De 1.903,99 até 2.826,65	7,5
De 33.919,81 até 45.012,60	De 2.826,66 até 3.751,05	15
De 45.012,61 até 55.976,16	De 3.751,06 até 4.664,68	22,5
Acima de 55.976,16	Acima de 4.664,68	27,5

Fonte: Receita Federal (2018).

Conforme a Brasilprev (2016), a opção pela Tabela 3 de tributação progressiva é mais indicada em duas situações: caso tenha o intuito de sair do fundo em um prazo mais curto, ou se tiver o objetivo de receber uma renda mensal que fique na faixa de isenção do imposto de renda cuja a alíquota não ultrapasse os 7,5%.

### 2.2.4 Taxas e Riscos

Os planos de Previdência Complementar possuem três tipos de taxa que devem ser observados na hora da contratação: taxa de carregamento, administração e de saída. A taxa de carregamento segundo Brasilprev (2016, texto digital) “serve para cobrir despesas de corretagem e administração. Existem três formas de taxa de

carregamento, dependendo do plano contratado. São elas: Antecipada, Postecipada e Híbrica”. Esta taxa vai tirar parte do dinheiro que for aplicado no fundo e transferir para o banco ou seguradora, de acordo com o tipo de plano escolhido pode variar em média de 3%.

A Brasilprev (2016, texto digital) relata que a taxa de administração “é cobrada pela tarefa de administrar o dinheiro do fundo de investimento, criado para o seu plano. Como é descontada diariamente do valor total da reserva, a rentabilidade informada sobre seus fundos é sempre líquida.” Para administrar este dinheiro do fundo de investimento é cobrado um percentual que varia em média de 0,5% a 4%.

Já a taxa de saída algumas empresas optam em não cobrar esta taxa sobre o resgate da aplicação, elas variam em torno de 0,38% em relação ao valor acumulado (INFOMONEY, 2018).

Entretanto ao investir em um plano de previdência complementar corre-se riscos como qualquer outro tipo de aplicação financeira, porém em algumas com menor intensidade, é o caso da maior parte dos planos de previdência privada, sendo o maior risco a falência da administradora, por isso deve-se procurar por empresas de tradição e com um bom histórico no mercado.

## **2.3 Outros tipos de investimentos**

Os investimentos individuais são movimentados pelas instituições financeiras, estas instituições são responsáveis pela captação de recursos financeiros, pela distribuição e circulação destes valores, rendendo juros aos investidores. O tempo do investimento precisa ser considerado para saber qual aplicação, de curto, médio ou longo prazo é mais adequada. Portanto quanto maior sua liquidez menor são seus rendimentos, os investimentos com grande liquidez resultam em baixos retornos.

Porém Souza e Clemente (2004) relatam que no momento de analisar os investimentos temos a incerteza de estarmos fazendo o investimento correto, pelo fato de não podermos controlar os eventos futuros, pois não se pode determinar exatamente quando e com que intensidade eles irão ocorrer, entre eles estão, o

comportamento futuro da economia, as vendas futuras de certo produto e o desgaste e custo de manutenção de equipamentos, apesar destes riscos e incertezas temos que decidir através das informações do momento qual o curso da ação a ser tomada.

Conforme relata o educador financeiro Reinaldo Domingos, no Programa de Educação Financeira e Previdência da BB Previdência (2018, texto digital):

Em um período de incertezas econômicas, com inflação e juros altos, poupar e investir dinheiro pode gerar segurança ao brasileiro nos próximos meses. Ter reservas para situações emergências e poupanças para atingir objetivos é importante, entretanto, se aplicado de forma desordenada, o dinheiro do trabalhador pode perder seu valor frente ao cenário econômico.

O investidor deve procurar identificar seu perfil e qual o investimento é mais adequado, observando os riscos e os retornos de cada aplicação. Destacando que quanto menor a segurança, maior o risco e maior a probabilidade de retorno.

Porém Zdanowicz (1994, p. 117) diz que:

Assim, todo o investidor busca a otimização de três aspectos essenciais em um investimento: retorno, prazo e proteção. Ao avaliá-lo, deve-se projetar sua rentabilidade, liquidez e grau de risco. A rentabilidade é sempre proporcional ao risco. Ao investidor, cabe definir o grau de risco que está disposto a correr, em função de auferir uma maior ou menor lucratividade.

Além dos investimentos que serão tratados, é importante destacar os investimentos em imóveis. Através do imóvel pode-se obter um rendimento líquido, como o aluguel. Porém corre-se o risco da desvalorização do imóvel, muitas vezes é feito o investimento acreditando na valorização futura do local, mas nem sempre é o que acontece.

Para quem quer poupar uma certa quantia de dinheiro e fazê-lo render mais para ter uma garantia no futuro, precisa conhecer os principais tipos de investimentos disponíveis.

### **2.3.1 Caderneta de Poupança**

A caderneta de poupança é o tipo de investimento mais comum, é adequado para as pessoas que querem manter uma reserva de pequenos valores, tendo

facilidade de saque em caso de necessidades e também pela praticidade.

Zdanowicz (1994, p. 122) define a caderneta de poupança como:

As cadernetas de poupança são depósitos nominativamente captados por sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimos, caixas econômicas estaduais e federal e bancos múltiplos com o objetivo de captar recursos para o financiamento de construtores e adquirentes de imóveis.

Entretanto o educador financeiro Reinaldo Domingos, no Programa de Educação Financeira e Previdência da BB Previdência (2018, texto digital) relata que:

A poupança, popular entre os brasileiros, é uma modalidade indicada apenas para pequenas quantias, a serem retiradas em um curto espaço de tempo. Apesar de isenta de cobrança de Imposto de Renda e de taxa de administração, ela gera um rendimento menor do que a inflação; ou seja, não valoriza o dinheiro frente aos preços dos produtos e serviços no Brasil.

Na Lei nº 12.703 de 7 de agosto de 2012, no qual altera o art. 12 da Lei nº 8.177 de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. Sendo elas:

Art. 12. Em cada período de rendimento, os depósitos de poupança serão remunerados:

I - como remuneração básica, por taxa correspondente à acumulação das TRD, no período transcorrido entre o dia do último crédito de rendimento, inclusive, e o dia do crédito de rendimento, exclusive;

II - como remuneração adicional, por juros de: a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento); ou

b) 70% (setenta por cento) da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos (Lei nº 12.703/12 art. 12).

Portanto o rendimento da poupança é 0,5% ao mês mais a TR quando a taxa Selic for superior a 8,5%, porém quando a taxa Selic for menor que 8,5% calcula-se sobre a TR mais 70% da anual da *Selic*.

Tabela 4 – Rendimentos da poupança mensal do ano de 2018

Tabela	Janeiro/18	Fevereiro/18	Março/18	Abril/18	Maió/18	Junho/18	Julho/18
Poupança (%)	0,4273	0,3994	0,3855	0,3715	0,3715	0,3715	0,3715

Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

Assim, entende-se que as taxas de rendimento fixadas são muito baixas não se pode esperar bons rendimentos através da caderneta de poupança, mesmo

sendo a opção de muitos brasileiros, está não é uma boa alternativa para um investimento de longo prazo, pois o rendimento é muito baixo.

### 2.3.2 Debêntures

As Debêntures são títulos emitidos por sociedades anônimas de capital aberto ou fechado, representativos de parcela de empréstimo contraído pela emitente com o investidor, a médio ou longo prazo, garantidos pelo ativo da empresa. Captando recursos e aplicando em projetos do emitente (ZDANOWICZ, 1994).

Segundo a BM&FBOVESPA (2016, texto digital), as debêntures podem ter por remuneração:

- Taxa de juros prefixada; ou
- Uma das seguintes remunerações, ajustada para mais ou para menos, por taxa fixa:
  - Taxa Referencial (TR) ou taxa de juro de longo prazo (TJLP), observado o prazo mínimo de um mês para vencimento ou repactuação;
  - Taxa Básica Financeira (TBF) se emitidas por sociedades de arrendamento ou pelas companhias hipotecárias, observado o prazo mínimo de dois meses para vencimento ou repactuação; ou
  - Taxas Flutuantes que sejam regularmente calculadas e de conhecimento público e que sejam baseadas em operações contratadas a taxas de mercado prefixadas, com prazo não inferior ao período de reajuste estipulado contratualmente.

Assaf Neto (2003, p.102) destaca que:

Além dessas formas de remuneração, a Debênture pode prever ao investidor participação nos lucros da Sociedade emissora, determinada por meio de um percentual fixado incidente sobre seus resultados. Algumas emissões, ainda, podem oferecer um prêmio pelo reembolso aos investidores, equivalente a uma remuneração adicional, visando ajustar os rendimentos do título às condições do mercado à época de sua distribuição.

Entretanto a BM&FBOVESPA (2016) destaca também o fato das empresas emissoras terem a vantagem dos pagamentos de juros serem deduzidos como despesas financeiras. A debênture apresenta custos de captação menores para os emissores, em especial em relação a empréstimos bancários de curto prazo.

Sobre os rendimentos há a incidência de imposto de renda, regressivo com o tempo de aplicação sendo cobrado somente no resgate. Podem ser cobrados a taxa de custódia e a de corretagem pela instituição que faz a intermediação das

negociações, a taxa de custódia varia em torno de 0,30% ao ano sobre o valor do título.

**Tabela 5 – As dez debêntures com maior retorno**

<b>Emissor</b>	<b>Ativo</b>	<b>Rentabilidade</b>
Itarema Geração de Energia	ITGE13	IPCA + 6,32
Santo Antônio Energia	STEN23	IPCA + 6,22
Norte Brasil Transmissora de Energia	NRTB21	IPCA + 5,81
Chapada do Piauí Holding	CHPA11	IPCA + 5,64
Triângulo do Sol Auto-Estradas	TSAE22	IPCA + 5,48
Companhia de Saneamento do Tocantins	SNTI13	IPCA + 5,38
Extremox Transmissora do Nordeste	EXTZ11	IPCA + 5,33
Companhia de Saneamento do Tocantins	SNTI23	IPCA + 5,33
Ventos de São Tito Holding	VNTT11	IPCA + 5,27
Matrincha Transmissora de Energia	TPNO12	IPCA + 5,22

Fonte: InfoMoney (2017).

Já a rentabilidade varia de acordo com a qualidade do crédito e giram em torno de 3% a 6% ao ano mais a correção por índice inflacionário ou o rendimento do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) mais uma taxa de 1% a 3% adicional ao ano (ADVNF, 2018).

### 2.3.3 Ações

As ações são títulos representativos de menor fração do capital social de uma empresa, são valores mobiliários emitidos por sociedades anônimas de uma parcela de seu capital social. Os títulos são emitidos por empresas que necessitam captar recursos para desenvolver projetos para seu crescimento.

Mellagi Filho e Ishikawa (2015, p. 237) definem as Ações:

São títulos que representam frações do capital de uma empresa. Empresas desse tipo são denominadas “Sociedade Anônima” e podem ser de capital fechado e aberto. São regulamentadas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Quando a empresa é de capital aberto, é registrada como tal na Comissão de Valores Mobiliários e tem a obrigação de prestar informações periódicas ao mercado sobre seu comportamento social, econômico e financeiro.

Existem dois tipos de ações, as ações ordinárias que tem direito de voto nas assembleias deliberativas, permitindo que seus titulares interfiram nas principais decisões da sociedade, portanto quanto maior a quantidade de ações maior o poder de voto do investidor. Já as ações preferenciais não dão ao titular o direito ao voto, mas permitem o recebimento de dividendos em valor superior ao das ações

ordinárias, bem como a preferência no recebimento de reembolso do capital (ASSAF NETO; LIMA, 2011).

Entretanto Zdanowicz (1994, p. 124) afirma que “a maioria das ações negociadas nas Bolsas de Valores possui liquidez imediata, o que permite compra ou venda, ao preço de mercado, no mesmo dia em que o investidor da sua ordem a operação ao corretor”.

Porém Assaf Neto e Lima (2011, p. 39) destacam a característica do risco de um investimento em ações:

- Possibilidade de algum insucesso financeiro (inadimplência, falência) da companhia emitente da ação;
- Desempenho da conjuntura e suas repercussões sobre o comportamento do mercado.

Segundo a BM&FBOVESPA (2016, texto digital) as vantagens deste produto para os investidores são:

- Potencial de boa rentabilidade no longo prazo;
- Recebe dividendos periodicamente;
- Não precisa de muito dinheiro para investir;
- Pode comprar ou vender suas ações no momento em que desejar;
- É possível emprestar suas ações e ganhar um rendimento extra.

O educador financeiro Reinaldo Domingos, no Programa de Educação Financeira e Previdência da BB Previdência (texto digital, 2018) relata que “o interesse no mercado de ações, por sua vez, precisa considerar os riscos do mercado e da liquidez das ações, além das taxas cobradas. É válido considerar o acompanhamento de uma corretora ou de clubes de investimentos”.

Ao investir em ações existem alguns custos sendo eles, taxa de corretagem, emolumentos, taxa de custódia e IR.

As ações oferecem ganhos expressivos, porém com riscos elevados, para investir neste tipo de aplicação é necessário tempo para acompanhar as cotações e as notícias do mercado e conhecimento sobre o mercado financeiro.

### 2.3.4 Fundos de investimentos

O Fundo de investimento é um conjunto de recursos monetários, por se apresentarem como forma coletiva de aplicação de recursos, trazem vantagens ao pequeno investidor com baixo volume individual de capital disponível para aplicação financeira, é formado por depósitos de grande número de investidores, que se destinam a aplicação coletiva em carteira de títulos e valores mobiliários (ASSAF NETO, 2003).

Assaf Neto (2003, p. 386) relata que:

Os fundos de investimento representam grupos de investidores (condomínios) e oferecem a comodidade de administrar seus recursos monetários de maneira profissional, sem necessidade de os participantes dominarem técnicas de análise mais sofisticadas e manter grande fluxo de informações relativas ao mercado de capitais. Ao operarem com alto volume de recursos provenientes de diversos investidores, os fundos podem ainda obter, em conjunto, condições mais favoráveis de negociação do que se cada cotista fosse atuar isoladamente no mercado.

Ao comprar uma quantidade de cotas paga-se uma taxa de administração a um terceiro para gerenciar o fundo, porém independente da quantidade de cotas que cada pessoa possui segue as mesmas regras de funcionamento. Sendo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que supervisiona esses fundos.

Segundo Assaf Neto (2003, p. 387) os fundos cobram dos participantes algumas taxas, sendo uma delas:

A taxa de administração é cobrada pela instituição financeira a título de remuneração dos serviços prestados de administração do fundo e de gestão da carteira. O percentual dessa taxa é fixado pela própria administradora do Fundo e previsto em seu regulamento.

A taxa de administração costuma variar entre 0,5% a 3% dependendo da sofisticação do fundo.

Entretanto Assaf Neto (2003, p. 387) relata sobre a taxa de performance:

É cobrada com base no desempenho apresentado pela carteira do fundo de investimento em relação a um índice de mercado (índice de bolsa, por exemplo). Por exemplo, se a taxa de performance estabelecida for de 20% sobre a Ibovespa, significa que será cobrado este percentual sobre o rendimento que exercer ao índice Bovespa no período. Outras taxas previstas para serem cobradas pelos fundos são as taxas de ingresso e de saída.



Em relação aos tipos de fundos de investimentos Silva Neto (2003, p. 108) destaca:

Os fundos de investimento no Brasil diferenciam-se quanto ao seu tipo por restrições de aplicação, ou seja, existem fundos em que só determinado tipo ou grupo de pessoas podem investir. Entretanto, os fundos mais comuns e divulgados são os fundos abertos, que admitem investimentos de qualquer pessoa.

Os fundos de investimentos são divididos em quatro classes, sendo elas: Fundos de renda fixa, Fundos de ações, Fundos multimercado, Fundos cambiais. Esta aplicação é uma carteira de ativos em renda fixa e variável, varia conforme o objetivo de rendimento que o investidor estabelecer. Os mais conhecidos são os de Renda fixa, Ações e Multimercado, oferecendo remuneração acima do CDI.

Nos fundos de investimento, quanto maior o retorno maior o risco. Os riscos encontrados nos fundos e definidos pelo autor Assaf Neto (2003, p. 388) são os riscos de crédito, de mercado, liquidez e sistêmico.

Segundo o autor o Risco de crédito corresponde à possibilidade de algum título que compõe a carteira do fundo não ser pago ou ser liquidado em atraso. Caso ocorra, a rentabilidade da carteira reduz-se devido à perda de valor do título. O risco de mercado diz respeito às variáveis do mercado como taxa de juros da economia, inflação, variação cambial, etc. que podem interferir no valor dos títulos da carteira de investimentos do fundo. O risco de liquidez corresponde à dificuldade de venda dos títulos, seja por baixa liquidez de recursos do mercado ou falta de atratividade na compra dos títulos. E o risco sistêmico é dado pelo comportamento da conjuntura nacional e internacional que atuam nas taxas de juros do mercado, preços, câmbio, etc (ASSAF NETO, 2003).

Tabela 6 – Fundos de renda fixa

Posição	Fundos de Renda Fixa	Taxa de Admin.	Aplic. Inicial	Rentab. Abr-2018	Rentab. % CDI
1	Bradesco Prime Net FICFI RF	1,20%	1.000	0,44%	84,86%
2	Caixa FIC Relacion. Ideal RF LP	1,00%	1.000	0,43%	82,29%
3	Bradesco Net FICFI RF	1,50%	1.000	0,42%	80,36%
4	Bradesco Prime FICFI RF	1,60%	1.000	0,41%	79,25%
5	Caixa FIC Geração Jovem RF Créd Priv LP	1,30%	10	0,40%	78,28%
6	Caixa FIC Desenvolver RF LP	1,30%	50	0,40%	76,94%
7	Itaú Person. Special RF FICFI	1,70%	1.000	0,39%	76,03%
8;	Caixa FIC Clássico RF LP	1,40%	100	0,39%	75,97%
9	Caixa FIC Soberano RF LP	1,50%	50	0,39%	75,32%
10	Caixa FIC Ideal RF LP	1,50%	50	0,39%	74,58%
11	Caixa FIC Empreender RF LP	1,50%	50	0,38%	74,29%

Continua...

Continuação...

12	BB RF 500	2,00%	500	0,35%	68,62%
13	Itaú Uniclass Super RF FICI	2,00%	500	0,35%	67,79%
14	Bradesco FICI RF Mercúre	2,50%	500	0,34%	64,93%
15	Santander FIC FI Sênior RF	2,50%	100	0,31%	60,42%
16	Itaú Super RF FICI	2,50%	100	0,31%	59,63%
17	Caixa FIC Absoluto Pré RF LP	1,10%	1.000	0,27%	52,36%
18	Bradesco FICI RF Vênus	3,50%	100	0,25%	48,44%
19	BB RF LP 100	3,80%	100	0,20%	38,12%

Fonte: Minhas Economias (2018).

Portanto, conforme a Tabela 6, publicação feita em Minhas Economias (2018, texto digital):

Dentre os fundos que aceitam aplicação inicial de até R\$ 1.000, a Caixa é o banco que oferece mais e melhores opções, todos com taxas de administração entre 1,0% e 1,5% ao ano. Outro ponto a destacar é que dentre os 10 fundos de renda fixa mais rentáveis no mês, apenas 4 aceitam aplicações iniciais de até R\$ 10 mil, evidenciando a dificuldade que o pequeno investidor tem para acessar melhores investimentos.

Os fundos de investimento têm a incidência de IR no momento do resgate. Já a rentabilidade depende da estratégia adotada, os fundos de investimentos mais agressivos, resultados de uma administração ativa, resultam em retornos maiores e também riscos mais elevados. Já os fundos mais conservadores seguem um padrão de referência, oferecendo retornos e riscos menores (ASSAF NETO, 2003).

### 2.3.5 Títulos públicos

Títulos Públicos são papéis emitidos pelo Tesouro Nacional, representando uma forma de financiar a dívida pública, permitindo que os investidores recebam em troca uma determinada rentabilidade. Estes títulos são os ativos de menor risco da economia (TESOURO NACIONAL, 2018).

Segundo o Tesouro Direto (2018, texto digital)

Os títulos públicos são ativos de renda fixa, ou seja, seu rendimento pode ser dimensionado no momento do investimento, ao contrário dos ativos de renda variável (como ações), cujo retorno não pode ser estimado no instante da aplicação. Dada a menor volatilidade dos ativos de renda fixa frente aos ativos de renda variável, este tipo de investimento é considerado mais conservador, ou seja, de menor risco.

Os títulos públicos são os ativos mais utilizados na carteira dos investidores estrangeiros, bancos, seguradoras, fundos de investimento, fundos de pensão e

pessoas físicas. Nenhum ativo é tão popular no mundo da renda fixa quanto os títulos públicos (INFOMONEY, 2018).

Entretanto o Tesouro Direto (2018, texto digital) ressalta:

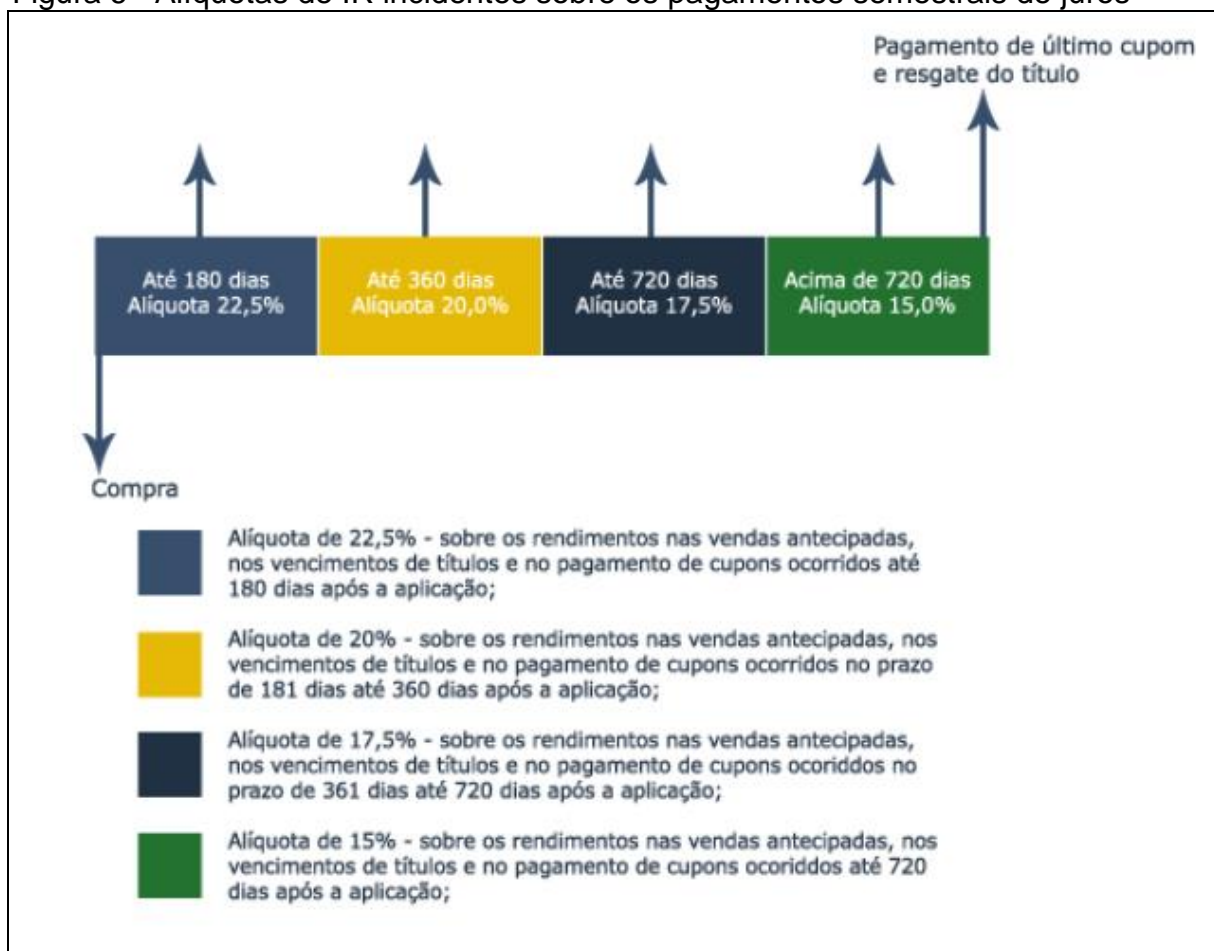
Cabe ressaltar que os títulos públicos são negociados apenas escrituralmente, isto é, não existe um documento físico que representa o título. Você terá a garantia da aplicação por meio do número de protocolo gerado a cada operação e o título adquirido ficará registrado no seu CPF, podendo ser consultado a qualquer tempo por meio do seu extrato no site do Tesouro Direto.

A InfoMoney (2017, texto digital) destaca os cinco títulos públicos oferecidos, sendo eles:

- Tesouro Prefixado (LTN): o investidor sabe exatamente quando receberá no momento da compra. A rentabilidade pode ser diferente dependendo do prazo para aplicação, quanto mais longo normalmente maior é a taxa, oscilando entre taxas próximas a 8,5% e 10% ao ano.
- Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F): o investidor também sabe exatamente quando receberá no momento da compra, mas o fluxo de pagamento é diferente, o investidor recebe pagamentos a cada seis meses, que funcionam como uma antecipação da rentabilidade contratada.
- Tesouro Selic (LFT): o rendimento é totalmente atrelado a taxa Selic, é indicado para investidores de perfil mais conservador. Essa taxa tem sua meta definida pelo Banco Central, sendo o pagamento feito somente após a data de vencimento.
- Tesouro IPCA+ (NTN-B Principal): a rentabilidade é dividida em duas partes, uma parcela prefixada e uma atrelada ao IPCA, o índice oficial de inflação usado pelo Governo. Garantindo ao investidor um retorno acima da inflação, por isso costuma ser indicado para aplicações de longo prazo. O pagamento é feito apenas após a data do vencimento.
- Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B): Semelhante ao IPCA+ a rentabilidade também é dividida entre uma taxa prefixada e a variação do IPCA, mas com a diferença de que o Tesouro Nacional realiza pagamentos semestrais, para quem busca complementar a renda com os títulos públicos.

Porém os impostos cobrados para este tipo de transação, sobre as operações realizadas no Tesouro Direto sendo elas: IOF regressivo (para aplicações com prazo inferior a 30 dias) e IR regressivo.

Figura 6 - Alíquotas de IR incidentes sobre os pagamentos semestrais de juros



Fonte: Tesouro Direto (2018).

O Tesouro Direto (2018, texto digital) relata que:

A quantidade mínima de compra é a fração de 0,01 título, ou seja, 1% do valor de um título, desde que respeitado o valor mínimo de R\$ 30,00. O investidor pode comprar 0,01 título; 0,02 título; 0,03 título e assim por diante.

Conforme o Tesouro Direto (2018) pode-se resgatar antecipadamente os títulos adquiridos, todos os dias ao preço de mercado, o Tesouro Nacional garante a recompra diária dos títulos públicos.

### 2.3.6 LCI e LCA

LCI e LCA são dois investimentos isentos de Imposto de Renda. São títulos emitidos por um banco e lastreado por empréstimos imobiliários (LCI) e títulos emitidos por bancos garantidos por empréstimos concedidos ao setor de agronegócio

(LCA). São investimentos de boa performance para poupar dinheiro de médio e longo prazo (INFOMONEY, 2018).

Conforme publicação da InfoMoney (2018) os títulos podem ter rentabilidade pré ou pós-fixada, isto quer dizer que o investidor pode saber quanto vai receber durante a aplicação ou então terá um retorno que flutuara de acordo com as taxas de juros do mercado. No caso das LCI e LCA pós-fixadas o investidor receberá um percentual do CDI negociado com a instituição que emite o título. O CDI oscila próximo ao Selic, portanto quanto maior o prazo e o valor da aplicação, maior o percentual pago ao investidor. Porém no caso das LCI e LCA prefixadas o investidor fica sabendo no momento da aplicação qual será o rendimento.

A InfoMoney (2018) destaca também a vantagem do investimento pois ele é garantido pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito) até o limite de R\$ 250.000,00. Caso a instituição bancária onde foi investido o dinheiro tenha problemas ou quebre, o FGC garante até este limite aplicado. Portanto para quem quer investir mais de 250.000,00 a dica é optar por vários títulos de instituições diferentes, mantendo assim um retorno mais elevado e um investimento com risco muito baixo.

Entretanto a liquidez é a principal desvantagem deste investimento pois o título só poderá ser resgatado no vencimento e o dinheiro não poderá ser movimentado, é um bom investimento de médio a longo prazo pensando no futuro. Porém este investimento é de baixo risco, o rendimento é atrelado ao CDI, taxa de referência para aplicações financeiras.

As LCI são isentas de Imposto de Renda e não há taxa de administração, sua rentabilidade é a partir de 80% do CDI, com taxas pré-fixadas cotadas na data da aplicação. Já a LCA também é isenta de Imposto de Renda, porém pagasse a taxa de custódia de 0,30% ao ano sobre o valor do título, sua rentabilidade varia entre 90% e 95% do CDI, com taxas pré-fixadas cotadas na data da aplicação (ADVFN, 2018).

### **2.3.7 Resumo geral dos tipos de investimento**

Os bancos disponibilizam de vantagens para quem está disposto a deixar o dinheiro aplicado a longo prazo, pois as instituições necessitam manter o capital

aplicado pelo maior tempo possível, disponibilizando assim de rendimentos maiores para os investidores. Porém, dependendo do seu perfil e objetivo as aplicações de curto prazo também podem se tornar viáveis.

Quadro 2 – Resumo geral dos tipos de investimento

<b>Investimento</b>	<b>Risco</b>	<b>Retorno</b>	<b>Custo</b>	<b>Liquidez</b>
Previdência Privada VGBL	Baixo	Alto	Alto	Baixo
Previdência Privada PGDL	Baixo	Alto	Alto	Baixo
Caderneta de Poupança	Baixo	Baixo	Baixo	Alto
Debêntures	Alto	Baixo	Baixo	Baixo
Ações	Alto	Alto	Alto	Alto
Fundos de investimento	Alto	Baixo	Baixo	Baixo
Títulos Públicos	Baixo	Baixo	Baixo	Alto
LCI e LCA	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo

Fonte: Elaborado pela autora (2018). Com base nas fontes: Secretaria da Previdência (2018), INSS (2018), Bradesco (2018), Banco do Brasil (2018), Itaú (2018), Banco Central do Brasil (2018), CEF (2018), *Infomoney* (2018), Debentures (2018), BM&FBovespa (2018), Tesouro Direto (2018), Portal de Finanças (2018), Assaf Neto e Lima (2011;2003).

Conforme o Quadro 2, verifica-se que quanto maior a liquidez, menores são os rendimentos. Para que o investimento seja feito de acordo com as intenções do investidor, leva-se em consideração o risco, retorno, custo e liquidez.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Metodologia estuda os métodos para a produção do conhecimento, onde descreve-se o objeto de estudo, dos processos e das técnicas utilizadas, contribuindo para atingir os objetivos.

Lakatos e Marconi (2003, p. 83) definem o método científico como sendo um:

Conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

O método por sua vez, segundo Beuren (2008, p. 30) “é o ordenamento que se deve auferir aos diferentes processos necessários para alcançar determinado fim estabelecido ou um objetivo esperado”.

Nos procedimentos metodológicos estão os delineamentos, eles possuem um papel muito importante na pesquisa científica, com o intuito de articular planos e estruturas com a finalidade de obter respostas para os problemas de estudo (BEUREN, 2008).

Desse modo, é necessário conhecer as metodologias aplicáveis ao estudo da pesquisa, na sequência apresenta-se os procedimentos metodológicos e as técnicas de pesquisa que serão utilizadas para a solução do problema proposto.

### **3.1 Tipo de pesquisa**

A pesquisa é definida por Gil (2010, p. 1) como o procedimento racional e sistemático tendo como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. “A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados”.

Entretanto com as particularidades da contabilidade, as tipologias de delineamento de pesquisa que são aplicáveis a esta área do conhecimento estão agrupadas em três categorias: a pesquisa quanto aos objetivos, a pesquisa quanto aos procedimentos e a pesquisa quanto à abordagem do problema (BEUREN, 2008).

Os tipos de pesquisas dividem-se quanto à abordagem, quanto aos procedimentos técnicos utilizados e quanto aos fins ou objetivos. Na próxima subseção apresenta-se a divisão dos tipos de pesquisa.

#### **3.1.1 Caracterização quanto à natureza de abordagem**

Diferenças entre as tipologias de pesquisa: “a pesquisa qualitativa proporciona melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e, normalmente, aplica alguma forma de análise estatística” (MALHOTRA, 2007, p. 154).

Beuren (2013) destaca que na pesquisa qualitativa as análises são mais minuciosas em relação ao objeto de estudo, objetivando referenciar características que não podem ser observadas numa pesquisa quantitativa.

Este estudo classifica-se como qualitativo, pois é fundamentado a partir de dados adquiridos através das instituições bancárias e de informações disponibilizadas pelo INSS referente a cidade de Encantado/RS no período de



dezembro de 2017, para a composição da base do estudo, para assim responder o problema de pesquisa.

### **3.1.2 Caracterização quanto ao procedimento técnico**

De acordo com Beuren (2008), os procedimentos se referem à forma pela qual é conduzido o estudo e, deste modo, se obtêm os dados. Quanto aos procedimentos técnicos este estudo é classificado em: bibliográfico e documental.

A pesquisa bibliográfica envolve todo referencial disponível em relação ao tema de estudo, desde as publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, entre outros. Através das bibliografias reúne-se conhecimentos sobre o tema pesquisado, com base nisso é que se pode elaborar o trabalho monográfico (BEUREN, 2008).

Para Cervo e Bervian (1983, p. 55), definem a pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica explica um problema a partir de referências teóricas publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Segundo Gil (2010) a vantagem da pesquisa bibliográfica destaca-se no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma variedade de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente, esta vantagem torna-se importante quando o problema de pesquisa necessita de dados muito dispersos pelo espaço.

A pesquisa documental tende a selecionar, tratar e interpretar a informação na sua forma bruta, buscando encontrar algum sentido e oferecer algum valor, podendo, desse modo, contribuir com o desenvolvimento científico (BEUREN, 2008).

Beuren (2008, p. 89) salienta que:

Assim como a maioria das tipologias, a pesquisa documental pode integrar o rol de pesquisas utilizadas em um mesmo estudo ou caracterizar-se como o único delineamento utilizado para tal. Sua notabilidade é justificada no momento em que se podem organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta.

Para Gil (2010) a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica são semelhantes, destaca-se que a diferença entre elas está na natureza das fontes, enquanto a pesquisa bibliográfica fundamenta-se nas contribuições dos diversos autores sobre um determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda uma análise aprofundada, ou que podem ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa.

Gil (2010, p. 31) salienta ainda: “[...] O que geralmente se recomenda é que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou base de dados”.

Sendo assim, este estudo enquadra-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, pois inicialmente serão utilizadas bibliografias sobre as teorias relacionadas da Previdência Social, Previdência Complementar e outros investimentos, auxiliando a pesquisadora sobre a área estudada. E posteriormente será aplicada uma pesquisa documental, onde serão utilizadas informações dos benefícios emitidos pelo INSS do município de Encantado/RS e rendimentos dos investimentos, como base para fazer a comparação e alcançar os objetivos propostos.

### **3.1.3 Caracterização quanto aos fins e objetivos**

Segundo Gil (2010), para definir o delineamento da pesquisa, quanto aos objetivos, deve-se indicar o tipo de pesquisa que será realizada quanto à finalidade do trabalho. Desse modo, a pesquisa pode ser: exploratória, descritiva ou explicativa.

Para Beuren (2008) a caracterização do estudo como pesquisa exploratória geralmente ocorre quando não há muito conhecimento sobre o tema a ser abordado. Através do estudo exploratório, busca-se conhecer com mais profundidade o assunto, com o intuito de torná-lo mais claro ou desenvolver questões importantes para a condução da pesquisa.

Gil (2010, p. 27), relata que:

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado [...].

Entretanto Beuren (2008, p. 81) relata que “explorar um assunto significa reunir mais conhecimento e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas”.

O tipo de pesquisa quanto ao seu objetivo caracteriza-se como sendo uma pesquisa exploratória, já que buscará desenvolver um maior conhecimento sobre assunto a ser investigado, utilizando variáveis e dados qualitativos.

### **3.2 Plano de coleta de dados**

Para este estudo, a unidade de análise foram os aposentados do município de Encantado/RS do ano de 2017, cidade localizada no Vale do Taquari. Foram coletados dados já existentes, através da publicação do INSS, onde serão utilizadas informações dos benefícios emitidos do período de dezembro de 2017, estes índices serão transferidos para uma planilha de cálculo.

O primeiro passo de qualquer pesquisa científica é o levantamento de dados, é realizado de duas maneiras: pesquisa documental ou de fontes primárias e pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Segundo Martins (2013, p. 54)

Os dados e informações coletados em publicações, cadastros, fichários [...] são denominados dados secundários”. Entretanto os dados que são “obtidos diretamente com o informante através de questionário ou entrevista são chamados dados primários.

Para Gil (2010, p. 102) os instrumentos usuais para a coleta de dados são:

Para a coleta de dados nos levantamentos são utilizadas as técnicas de interrogação: o questionário, a entrevista e o formulário. Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. Entrevista, por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “faze a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde. Formulário, por fim, pode ser definido

como a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas.

A contribuição mensal do INSS para Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso conforme a tabela de 2018, de filiação obrigatória será utilizada para cálculo da Previdência Social.

Para a avaliação da Previdência Privada, será feito uma média entre planos de previdência privada de três instituições: Bradesco Vida e Previdência S/A, BrasilPrev Seguros e Previdência S/A e Itaú Vida e Previdência S/A, onde será utilizado para cálculo da projeção.

No entanto para cálculo da Caderneta de Poupança será utilizado os rendimentos acumulados. Já para as Debêntures será feito uma média entre as Debêntures com maior retorno.

Para as Ações será utilizado o índice Bovespa, já para os fundos de investimentos o cálculo terá como base uma média entre os fundos de quatro instituições.

Os Títulos Públicos, terá como base para cálculo uma média dos títulos disponíveis no mercado aberto do Tesouro Direto. Para os LCI será utilizado como base o valor mínimo de rendimento que é 80% do CDI, já a LCA a partir de 90% do CDI, como referência maio de 2018.

Quadro 3 – Resumo do levantamento dos dados

<b>Investimento</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Fonte</b>
Benefícios emitidos Previdência Social Previdência Privada	Mês de Dezembro de 2017. Tabela mensal do INSS. Média entre 3 instituições.	<i>Site da Secretaria de Previdência</i> <i>Site do INSS</i> <i>Site do Bradesco, Banco do Brasil e Itaú</i>
Caderneta de Poupança Debêntures	Rendimentos acumulados. Média entre as Debêntures com maior retorno.	<i>Site do Banco Central do Brasil</i> <i>Site da Infomoney e Debentures</i>
Ações Fundos de investimento	Índice Bovespa. Média entre fundos de investimento de 4 instituições.	<i>Site da BM&amp;FBovespa</i> <i>Site do Bradesco, Banco do Brasil, Itaú e CEF</i>
Títulos Públicos	Média dos títulos disponíveis no mercado aberto do Tesouro Direto.	<i>Site do Tesouro Direto</i>
LCI e LCA	Valor mínimo de rendimento com base no CDI.	<i>Site Portal de Finanças</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Os dados levantados para cálculo das projeções estão localizados nos apêndices deste estudo, a partir deles foram feitas as médias dos rendimentos e taxas cobradas pelas instituições.

Esta comparação entre a previdência social, previdência complementar e outros tipos de investimentos, serve para que possamos identificar caso não tivéssemos a obrigatoriedade de contribuir para a previdência social ou até mesmo como um complemento a aposentadoria, qual opção de investimento traria mais retorno.

Com base nos dados que serão alcançados, se partirá para a comparação e análise na tentativa de identificarmos qual dos investimentos é mais adequado para o futuro.

### 3.3 Tratamento e projeções

No entendimento de Beuren (2008, p. 136),

A análise de dados está presente em vários estágios da investigação científica, tornando-se mais formal após o encerramento do processo de coleta de dados. Os procedimentos analíticos acompanham todo o transcorrer do estudo, desde o momento em que se verifica a pertinência das questões selecionadas ao objetivo de pesquisa até as considerações finais.

Lakatos e Marconi (2010) esclarecem que uma vez manuseados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa.

Entretanto para Beuren (2008, p. 136)

Analisar dados significa trabalhar com o material obtido durante o processo investigatório, ou seja, os questionários aplicados, os relatos das observações, os apontamentos do *Checklist*, as transcrições das entrevistas realizadas e os transcritos da documentação das fontes primárias e secundárias.

Após a coleta de dados, os mesmos foram tabulados e organizados através *Software Microsoft Office Excel*, em uma projeção de 35 anos para se obter os quocientes que são objeto da pesquisa, os quais serão interpretados e avaliados. Ainda se destaca que foi utilizada a estatística descritiva, ou seja, serão registrados, observados, analisados e interpretados dados através das médias obtidas.

As projeções foram feitas para 35 anos, pois é o tempo necessário para contribuição à previdência social, para que pudesse ser feita a comparação com os outros investimentos.

### **3.4 Limitações do método**

No conceito de Vergara (2014), todo método tem possibilidades e limitações, é adequado antecipar-se às críticas que o leitor poderá fazer, apresentando quais as limitações que o método escolhido oferece, mas que mesmo assim o justificam como o mais apropriado aos propósitos da investigação.

Sobre as limitações do método, Beuren (2008, p. 77) destaca que “novos problemas podem ser identificados em função das limitações metodológicas impostas, bem como dos próprios resultados obtidos na pesquisa realizada”.

A limitação da pesquisa se dará pela utilização de informações divulgadas pelas instituições, as quais não se pode prever a economia e nem o futuro. As conclusões da pesquisa dependem da confiabilidade dos resultados apresentados nesses demonstrativos.

O pesquisador tem a limitação de utilizar as variáveis conhecidas, não podendo prever variáveis que não estão ao alcance.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE**

Neste capítulo apresenta-se a parte prática do estudo, descrevendo as informações utilizadas e sua relação com os objetivos propostos inicialmente.

Com os dados apurados foram comparados o sistema de Previdência Social, Previdência Complementar e os outros tipos de investimento, buscando neles uma complementação e a garantia da renda do trabalhador no futuro.

Posteriormente, foram analisados os resultados das projeções feitas do ano de 2017 e parcial de janeiro a julho de 2018, comparando as taxas cobradas pelas instituições e os rendimentos de cada uma delas, com outros tipos de aplicações financeiras. Por ser um investimento de longo prazo foi feito uma análise para a partir do resultado optar pelo investimento mais vantajoso.

O estudo foi realizado com base no valor dos benefícios emitidos pelo INSS relativos ao município de Encantado – RS. O município foi fundado em 31 de março de 1915, localizado no Vale do Taquari – RS, abrange uma área de 139,2 Km². No ano de 2016 a população era de 22.009 habitantes (IBGE, 2016).

### **4.1 Rentabilidade dos investimentos**

As informações utilizadas no comparativo deste estudo foram coletadas através de informações já existentes, os valores coletados das rentabilidades dos investimentos serão ilustrados a seguir.

A previdência social foi utilizada como base para o comparativo, onde os tetos das faixas de contribuição mensal do INSS foram utilizados para dar início aos cálculos. Fazendo o comparativo da contribuição à previdência social com as aplicações.

Quadro 4 – Contribuição mensal do INSS

Salário de Contribuição (R\$)	Alíquota
Até R\$ 1.693,72	8%
De R\$ 1.693,73 a R\$ 2.822,90	9%
De R\$ 2.822,91 até R\$ 5.645,80	11%

Fonte: INSS (2018).

Para a avaliação da Previdência Privada foram utilizadas três instituições, sendo elas: Bradesco Vida e Previdência S/A, BrasilPrev Seguros e Previdência S/A e Itaú Vida e Previdência S/A, por serem os mais utilizados e estarem entre os três primeiros colocados no *Ranking* das previdências.

A taxa de carregamento vai tirar parte do dinheiro que for aplicado no fundo e transferir para o banco ou seguradora, de acordo com o tipo de plano escolhido varia em média de 3% (ITAÚ, 2018).

As taxas utilizadas na projeção estão disponíveis para consulta nas instituições bancárias, em cada um dos planos que foram utilizados possuem a mesma taxa para 2017 e para 2018.

Quadro 5 – Rendimentos da Previdência Privada VGBL

Previdência	Acumulado 2017 (%)	Parcial 2018 *	Taxa de admin. (% a.a.)
Bradesco VGBL Fix	7,08	1,73	1,50
Bradesco VGBL V40/30	12,98	3,13	2,00
BrasilPrev RT Ciclo de vida 2020 FIC de FI Multimercado	9,64	2,64	2,00
BrasilPrev RT Ciclo de Vida IV 2040 FICFI Multimercado	16,34	1,16	2,50
Itaú VGBL Investors V40(42)	10,04	3,81	2,50
Itaú 1ª Previdência VGBL V40(30)	9,58	3,77	3,00

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Nota: \*refere-se aos meses de janeiro a julho.

A partir do Quadro 5 foi feito uma média dos planos de previdência privada modelo VGBL para o cálculo da projeção, sendo o rendimento acumulado de 2017 de 10,94% e o rendimento parcial de 2018 de 2,71% com uma taxa de administração de 2,25% sobre o patrimônio e 3% de taxa de carregamento sobre o investimento. O imposto de renda é devido apenas sobre o valor dos rendimentos



obtidos com o investimento.

**Quadro 6 – Rendimentos da Previdência Privada PGBL**

<b>Previdência</b>	<b>Acumulado 2017 (%)</b>	<b>Parcial 2018 *</b> <b>(%)</b>	<b>Taxas administração</b> <b>(% a.a.)</b>
Bradesco Prev. fácil PGBL fix	7,08	1,73	1,5
Bradesco PGBL V40/30	13,01	3,12	2,00
BrasilPrev RT Ciclo de vida 2020 FIC de FI Multimercado*	9,64	2,64	2,00
BrasilPrev RT Ciclo de Vida IV 2040 FICFI Multimercado*	16,34	1,16	2,50
Itaú PGBL Investors V10(37)	5,62	1,80	2,50
Itaú 1ª Previdência PGBL Fases da Vida 2030 (7)	8,45	1,34	2,60

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Nota: \*refere-se aos meses de janeiro a julho.

Nota: \*Os rendimentos do BrasilPrev são os mesmos tanto no plano VGBL ou PGBL, o que muda é a tributação em que o contribuinte vai optar.

A partir do Quadro 6 foi feito uma média dos planos de previdência privada modelo PGBL para o cálculo da projeção, sendo o rendimento acumulado de 2017 de 10,02% e o rendimento parcial de 2018 de 1,97% com uma taxa de administração de 2,18% sobre o patrimônio e 3% de taxa de carregamento sobre o investimento. Este plano é mais indicado para quem faz a declaração anual do imposto de renda no modelo completo.

Entre os dois modelos existentes, destacamos o VGBL por ser o mais utilizado, conforme a FenaPrevi (2018) é a melhor opção para as pessoas que fazem declaração simples de imposto de sua renda anual, já o PGBL só seria viável caso fosse feita declaração completa de imposto de renda, onde permite reduzir a base de cálculo para a Declaração do Imposto de Renda para quem optar pelo modelo.

Como o estudo é o comparativo e a projeção de uma renda futura, a tributação regressiva é mais indicada para um investimento de longo prazo, pois quanto mais tempo permanecer no plano, menor será a alíquota de imposto de renda na hora do resgate ou recebimento da renda.

Para a caderneta de poupança os percentuais de rendimentos foram coletados do Banco Central do Brasil, onde o percentual acumulado de 2017 corresponde a 6,99% e parcial de 2018 a 3,55%.

As debêntures têm incidência de imposto de renda, regressivo com o tempo de aplicação sendo cobrado somente no resgate. Podem ser cobrados a taxa de custódia e a de corretagem pela instituição que faz a intermediação das negociações, a taxa de custódia varia em torno de 0,30% ao ano sobre o valor do título.

**Quadro 7 – As dez Debêntures com maior retorno em 2017**

<b>Emissor</b>	<b>Ativo</b>	<b>Rentabilidade</b>
Itarema Geração de Energia	ITGE13	IPCA + 6,32
Santo Antônio Energia	STEN23	IPCA + 6,22
Norte Brasil Transmissora de Energia	NRTB21	IPCA + 5,81
Chapada do Piauí Holding	CHPA11	IPCA + 5,64
Triângulo do Sol Auto-Estradas	TSAE22	IPCA + 5,48
Companhia de Saneamento do Tocantins	SNTI13	IPCA + 5,38
Extremox Transmissora do Nordeste	EXTZ11	IPCA + 5,33
Companhia de Saneamento do Tocantins	SNTI23	IPCA + 5,33
Ventos de São Tito Holding	VNTT11	IPCA + 5,27
Matrincha Transmissora de Energia	TPNO12	IPCA + 5,22

Fonte: InfoMoney (2017).

A partir do Quadro 7 foi feito a média do ano de 2017 levando em consideração as debêntures com maior retorno em 2017 mais o IPCA, tendo um resultado de 8,54%.

**Quadro 8 – As sete Debêntures com maior retorno em 2018**

<b>Emissor</b>	<b>Ativo</b>	<b>Rentabilidade*</b>
Entrevias Concessionária de Rodovias S/A	ENTV12	IPCA + 6.53
Ceran - Companhia Energética rio das antas	CERN11	IPCA + 9.96
Centrais Elétricas do para S/A - Celpa	CLPP14	IPCA + 8.98
Tecnologia bancaria S/A	TCBC11	IPCA + 4.95
Star One S/A	STAR13	IPCA + 10.92
Ecorodovias Concessões e Serviços S/A	ECCR13	IPCA + 11.69
Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras	PETR25	IPCA + 6.33

Fonte: Debentures (2018).

Nota: \*Até o mês de julho de 2018.

Já para parcial do ano de 2018 conforme o Quadro 8, foi feito uma média das sete debêntures com maior retorno mensal, até julho de 2018 mais o IPCA, tendo uma média de 11,39%.

Ao investir em ações existem alguns custos, a taxa de administração costuma variar em 2% a.a., valor cobrado pelas corretoras para intermediar as operações de compra ou venda de ações junto à bolsa de valores. Já os emolumentos são cobrados através de uma taxa fixa para cada tipo de operação. Para o imposto de renda a alíquota é de 15% sobre o lucro caso permaneça mais de 720 dias, não havendo a incidência do IOF (ITAÚ, 2018).

As ações foram calculadas pelo índice Ibovespa, onde o percentual acumulado de 2017 corresponde a 26,86% e parcial de janeiro a julho de 2018 a 3,69%.

Quadro 09 – Índice Ibovespa

Ano	Último	Varição	Varição	Mínimo	Máximo	Volume
2017	76.402,08	16.174,79	26,8562%	59.370,91	78.024,09	801.324.090
2018	79.220,43	2.818,35	3,6888%	69.068,77	88.317,83	386.534.288

Fonte: ADVFN (2018).

Para o cálculo dos fundos de investimento foram selecionados alguns fundos disponíveis no mercado, retirados do *Site* dos bancos selecionados, tendo como base para a projeção uma média entre os fundos de renda fixa.

Quadro 10 – Rendimentos dos fundos de investimento

Fundos de investimento	Taxa (%)	Acumulada 2017 (%)	Parcial 2018 *(%)
Itaú Master Renda Fixa	1,00	6,08	3,30
Itaú Longo Prazo Renda Fixa	1,50	6,44	2,02
BB RF LP Plus Estilo	1,00	6,24	3,36
BB RF Pre LP Estilo	1,00	6,93	2,35
BB RF LP Premium Est	0,70	6,59	3,53
Bradesco Multi-Índices RF	1,50	5,77	2,44
Bradesco RF Longo Prazo H	1,50	5,57	2,91
Caixa FIC Capital Ind. Preços RF LP	2,00	5,65	3,03
Caixa FIC E-Fundo RF LP	0,70	6,36	3,50

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos sites dos bancos (2018).

Nota: \* refere-se aos meses de janeiro a julho.

A partir do Quadro 10 foi feito uma média dos fundos de investimento, sendo o rendimento acumulado de 2017 de 6,18% e o rendimento parcial de 2018 de 2,94% com uma taxa de 1,21%. Os fundos de investimento têm a incidência de Imposto de Renda no momento do resgate. A taxa utilizada na projeção é a que consta disponível para consulta na instituição bancária, tendo somente a informação, não o ano a qual se refere.

Os Títulos Públicos, foi utilizado como base para cálculo uma média dos títulos disponíveis no mercado aberto do Tesouro Direto. No *Site* do Tesouro direto, consta as informações relativas aos preços e taxas referentes aos títulos disponíveis para investimento.

Quadro 11 – Rendimentos dos títulos Públicos

<b>Títulos</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Taxa (a.a.%) Compra</b>	<b>Taxa (a.a.%) Venda</b>	<b>Acumulada 2017(%)</b>	<b>Parcial 2018* (%)</b>
Tesouro Prefixado	01/01/2021	9,11	9,23	9,49	8,02
Tesouro IPCA+	15/08/2024	5,29	5,41	9,48	7,53
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais*	15/08/2026	5,30	5,42	9,91	7,07
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais*	15/05/2035	5,49	5,61	7,68	6,43

Fonte: Tesouro Direto (2018).

\*Taxa (a.a.) Compra, corresponde à rentabilidade bruta ao ano que o investidor receberá caso adquira o título naquele momento e o mantenha até sua data de vencimento.

\*Taxa (a.a.) Venda, refere-se à taxa bruta pela qual o investidor poderá vender seu título ao Tesouro Nacional antes de sua data de vencimento.

\*Os juros semestrais representam uma antecipação do pagamento da rentabilidade do título.

\*2018 Refere-se aos meses de janeiro a julho.

A partir do Quadro 11 foi calculado uma média de dois títulos públicos disponíveis para compra e venda, sendo o rendimento acumulado de 2017 de 9,14% e o rendimento parcial de 2018 de 7,26%, as principais instituições financeiras que disponibilizam os títulos públicos no mercado possuem taxa 0%. Os fundos de investimento têm a incidência de Imposto de Renda no momento do resgate.

Para o LCI será utilizado como base o valor mínimo de rendimento que é 80% da taxa CDI, sendo isentas de Imposto de Renda e não havendo taxa de administração, com o percentual de rendimento acumulado de 2017 de 7,944% e parcial de 2018 de 2,984%. Já a LCA foi calculada a partir de 90% da taxa CDI, o percentual acumulado de 2017 é 8,937% e parcial de 2018 de 3,357%, também sendo isenta de Imposto de Renda, porém paga-se a taxa de custódia de 0,30% ao ano sobre o valor do título.

Quadro 12 – Taxa de juros CDI

<b>Ano</b>	<b>Acumulado 2017 (%)</b>	<b>Parcial 2018 (%)</b>	<b>Rendimento Acumulado 2017 (%)</b>	<b>Rendimento Parcial 2018* (%)</b>
LCI (80%)	9,93	3,73	7,94	2,98
LCA (90%)	9,93	3,73	8,94	3,36

Fonte: Portal de Finanças (2018).

Nota: \*refere-se aos meses de janeiro a julho.

Com os dados coletados foi feito uma projeção de 35 anos, período necessário de contribuição do trabalhador para o INSS para que possa se aposentar e receber um salário para se manter até o fim da vida. Nesta projeção podemos

verificar cada um dos investimentos e suas rendas futuras, pensando na aplicação mais adequada e mais rentável.

Quadro 13 – Resumo dos investimentos

Investimento	Risco	Retorno	Custo	Liquidez	Rendimento acumulado 2017 (a.a. %)	Rendimento parcial 2018* (a.a. %)	Taxas (a.a. %)
Previdência Privada VGBL	Baixo	Alto	Alto	Baixo	10,94	2,71	5,25 + IR
Previdência Privada PGBL	Baixo	Alto	Alto	Baixo	10,02	1,97	5,18 + IR
Caderneta de Poupança	Baixo	Baixo	Baixo	Alto	6,99	3,55	0
Debêntures	Alto	Baixo	Baixo	Baixo	8,54	11,39	0,30 + IR
Ações	Alto	Alto	Alto	Alto	26,86	3,69	2,00 + IR
Fundos de investimento	Alto	Baixo	Baixo	Baixo	6,18	2,94	1,21 + IR
Títulos Públicos	Baixo	Baixo	Baixo	Alto	9,14	7,26	0,00 + IR
LCI	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	7,94	2,98	0
LCA	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	8,94	3,36	0,30

Fonte: Elaborado pela autora (2018). Com base nas fontes: Secretaria da Previdência (2018), INSS (2018), Bradesco (2018), Banco do Brasil (2018), Itaú (2018), Banco Central do Brasil (2018), CEF (2018), *Infomoney* (2018), Debentures (2018), BM&FBovespa (2018), Tesouro Direto (2018), Portal de Finanças (2018), Assaf Neto e Lima (2011;2003).

Nota: \*refere-se aos meses de janeiro a julho.

Através das médias obtidas para o cálculo da projeção, no tópico seguinte será realizada a análise da projeção dos investimentos.

## 4.2 Projeções

Com os dados apurados na projeção foram comparados os investimentos com os valores aplicados e seus rendimentos. Inicialmente pode-se perceber que levando em consideração o valor que contribuimos para a Previdência Social, não é o suficiente para pagar a aposentadoria. Conforme o IBGE a expectativa de vida em 2016 foi de 75 anos.

Quadro 14 – Análise da Previdência Social

Previdência Social:	
Contribuição de 35 anos	56.908,99*
Expectativa de vida	75 anos
Idade que ocorreu a aposentadoria	60 anos
O aposentado receberá por mais:	15 anos
Valor de Contribuição dividido pelos 15 anos	316,16
Salário mínimo	954,00

Continua...

Continuação...

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Nota: \*(piso mínimo) relativo aos 8% da tabela de contribuição do INSS.

Conforme o Quadro 14, concorda-se com o autor Weintraub (2003), pois além do aumento da longevidade causar um impacto na composição etária da população brasileira. Identificou-se outro ponto relevante, o valor no qual contribuímos durante os 35 anos, levando em consideração que o INSS deveria pagar a aposentadoria por mais 15 anos, não é o suficiente para manter um salário mínimo para o aposentado durante o período de inatividade laboral.

As tabelas das projeções com os 35 anos, ficaram inviáveis para colocá-las nos apêndices, portanto no apêndice B consta os resumos utilizados para fazer as projeções. Estas projeções foram feitas anualmente, com os rendimentos acumulativos. Após feitas as projeções dos 35 anos, foi feito um resumo com o valor aplicado e seus rendimentos onde foi descontado as taxas cobradas.

Para optar pelo melhor investimento leva-se em consideração vários fatores, bem como as condições que o antecederam e seus resultados posteriores, com o objetivo final de proporcionar não só os melhores rendimentos, mas também outros aspectos atraentes, como liquidez e segurança. As taxas e impostos também são muito importantes, com isso pode-se identificar qual dos investimentos torna-se mais adequado para sua garantia futura.

Quadro 15 – Resultado dos investimentos de 2017

Ano 2017	Contribuição de 1.625,97 a.a.		Contribuição de 3.048,73 a.a.		Contribuição de 7.452,46 a.a.	
	Rendimento	Acumulado	Rendimento	Acumulado	Rendimento	Acumulado
Ações	14.335.492,65	14.392.401,65	26.879.366,12	26.986.071,74	65.705.117,19	65.965.953,15
LCA	292.177,47	349.086,46	547.839,22	654.544,84	1.339.162,54	1.599.998,50
Títulos Públicos	278.964,92	335.873,91	523.065,41	629.771,03	1.278.604,33	1.539.440,29
Previdência Privada VGBL	244.151,96	301.060,95	457.790,34	564.495,96	1.119.043,04	1.379.879,00
LCI	241.509,84	298.418,83	452.836,30	559.541,92	1.106.933,18	1.367.769,14
Debêntures	213.430,55	270.339,55	400.187,01	506.892,63	978.234,92	1.239.070,88
Previdência Privada PGDL	191.930,63	248.839,62	359.874,18	466.579,80	879.692,43	1.140.528,39
Caderneta de Poupança	183.047,82	239.956,81	343.218,72	449.924,34	879.692,43	1.099.815,04
Fundos de investimento	71.224,13	128.133,12	133.546,81	240.252,43	326.447,76	587.283,72
Previdência Social	-	56.908,99	-	106.705,62	-	260.835,96

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Com o objetivo de identificar qual dos investimentos tornou-se mais vantajoso para quem pensa em sua tranquilidade futura. Verifica-se no Quadro 15, que no ano de 2017, as ações foram o investimento com maior retorno, com um rendimento de

R\$ 14.335.492,65 com base no piso mínimo relativo aos 8% de contribuição, porém o risco é muito alto e na projeção utilizou-se o índice Ibovespa para cálculo, no entanto as ações oscilam muito. Para uma maior tranquilidade deve-se buscar critérios de avaliação de empresas para analisar seus fundamentos.

Porém o resultado aponta que as LCA, os Títulos Públicos e a Previdência Privada são os investimentos mais rentáveis, sendo de baixo risco e seguros para quem quer investir a longo prazo. Todos os rendimentos encontrados já estão acrescidos das taxas e imposto de renda, para permitir uma comparação justa entre todos os tipos de investimento.

Verifica-se que a LCA possui um rendimento menor, porém não incide imposto de renda, por isso ela tem um rendimento de R\$ 292.177,47. Os títulos públicos registram uma excelente rentabilidade de R\$ 278.964,92, sendo os ativos de menor risco, por ser um programa de investimento do governo federal, se um país vier a quebrar, os grandes bancos privados já teriam quebrado primeiro e o sistema financeiro estaria em colapso, entre os investimentos ele se torna o mais interessante por ter uma liquidez alta e pode-se aplicar seus recursos com rentabilidade e segurança. Pensando em um rendimento futuro, o ideal é investir em um título com o vencimento mais próximo da aposentadoria do investidor.

No ano de 2017 a previdência privada teve um rendimento expressivo em comparação a outros investimentos. Em relação ao que afirma Weintraub (2003), o fato de a previdência privada ser um complemento à aposentadoria da previdência social, o plano VGBL teve um rendimento de R\$ 244.151,96, tornando-se atrativo para uma complementação da renda futura.

**Quadro 16 – Resultado dos investimentos parcial de janeiro a julho de 2018**

Ano 2018 parcial	Contribuição de 948,48 a.a.		Contribuição de 1.778,43 a.a.		Contribuição de 4.347,27 a.a.	
	Rendimento	Acumulado	Rendimento	Acumulado	Rendimento	Acumulado
Debêntures	276.645,50	309.842,41	518.716,43	580.961,38	1.267.973,50	1.420.127,81
Títulos Públicos	93.335,52	126.532,43	175.006,16	237.251,11	427.792,84	579.947,15
Caderneta de Poupança	32.937,24	66.134,15	61.758,05	124.002,99	150.964,12	303.118,43
LCA	26.474,47	59.671,39	49.640,22	111.885,17	121.342,77	273.497,08
LCI	25.630,92	58.827,83	48.058,54	110.303,49	117.476,43	269.630,74
Fundos de investimento	5.537,81	38.734,72	10.383,51	72.628,46	25.381,92	177.536,23
Ações	4.956,05	38.152,96	9.292,70	71.537,65	22.715,49	174.869,80
Previdência Privada VGBL	-1.099,46	32.097,45	-2.061,52	60.183,42	-5.039,27	147.115,04
Previdência Privada PGBL	-4.658,73	28.538,18	-8.735,23	53.509,72	-21.352,78	130.801,53

Continua...

Continuação...

Previdência Social	-	33.196,91	-	62.244,95	-	152.154,31
--------------------	---	-----------	---	-----------	---	------------

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Neste primeiro semestre de 2018, com o ambiente de incertezas no mercado financeiro, no Quadro 16 verifica-se a distorção dos rendimentos de um ano para o outro. Já o índice Ibovespa teve uma grande desvalorização, acarretando em uma queda brusca nas ações.

Em um cenário de queda das taxas de juros e com as eleições, o mercado financeiro no ano de 2018 passa por incertezas, no entanto o investidor que antes estava confortável com seus investimentos hoje precisa aproveitar as oportunidades para continuar com boas rentabilidades.

Verifica-se que as debêntures renderam R\$ 276.645,50 perante os investimentos foi a mais rentável na projeção parcial de 2018, rendendo até mais que os Títulos públicos. Porém deve-se cuidar com o tempo do investimento, pois existe o risco de precisar do dinheiro antes do prazo de vencimento. Se isso ocorrer, terá de vender seu título e pode ter impactos em sua rentabilidade. No caso de uma complementação de renda futura deve-se optar por debêntures que tenham a proteção do Fundo Garantidor de Crédito.

Os títulos públicos permanecem em alta e rendendo mais que a caderneta de poupança, que encontra entre os rendimentos mais rentáveis pela instabilidade financeira em que o Brasil passa no momento. A caderneta de poupança é segura e sua liquidez é alta, é uma aplicação muito tradicional, bastante utilizada por pessoas que querem poupar algum dinheiro no final do mês.

Já a previdência privada obteve seu rendimento negativo R\$ -1.099,46 pelos índices de rentabilidade mais baixos e a incidência de imposto de renda no resgate, o que preocupa os investidores. No qual este rendimento inferior ao esperado está ligado as oscilações do mercado. A previdência privada tem benefícios tributários que outros investimentos não têm, no caso do Imposto de renda desconta-se 10% e não 15% como os outros investimentos.

Como verificado nas projeções os títulos públicos são indicados para quem quer segurança, é importante não somente se guiar pela rentabilidade, mas pelo risco que está disposto a correr e o prazo para realizar seu objetivo.



### 4.3 Análise das contribuições relativas a cidade de Encantado/RS

O estudo foi realizado com base no valor dos benefícios emitidos pelo INSS para a cidade de Encantado/RS, os valores de benefícios pagos referente ao mês de dezembro de 2017, foram coletados do *Site* da Secretaria de Previdência, com as seguintes informações.

Quadro 17 – Benefícios do Regime Geral da Previdência Social da cidade de Encantado/RS

Encantado/RS	Total aposentadorias	Aposentadorias por idade	Aposentadorias por invalidez	Aposentadorias por tempo de contribuição
Valor	6.429.056,57	1.844.177,08	405.321,03	4.179.558,46
Quantidade	5.093	1.896	364	2.833
Média de valores dos benefícios	1.262,33	972,67	1.113,52	1.475,31

Fonte: Secretaria da Previdência (2018).

Os dados informados no Quadro 17, referem-se somente as aposentadorias, não estão inclusos, pensões por morte, auxílios e outros benefícios previdenciários. A partir das médias encontradas dos valores pagos referentes aos benefícios, foi realizado uma projeção com os valores supostamente investidos na previdência social para que se obtivesse uma aposentadoria de R\$ 1.262,33, com o objetivo de identificar qual o rendimento mais vantajoso.

Ao se aposentar por idade, normalmente se recebe em torno de um salário mínimo R\$ 954,00, verifica-se no Quadro 17, que a média da aposentadoria por idade na cidade de Encantado ficou em R\$ 972,67.

Hipoteticamente, levando em consideração o valor total das aposentadorias na qual a média dos benefícios foi de R\$ 1.262,33, projeta-se que para receber esse valor médio seria necessário contribuir com aproximadamente R\$ 100,00 mensais ao INSS.

Quadro 18 – Resultado da projeção referente as contribuições feitas a previdência social

Contribuição de 1.200,00 a.a.	Rendimento 2017	Acumulado
Ações	10.579.886,77	10.621.886,77
LCA	215.632,95	257.632,95
Títulos Públicos	205.881,82	247.881,82
Previdência Privada VGBL	180.189,14	222.189,14
LCI	178.239,20	220.239,20
Debêntures	157.516,11	199.516,11

Continua...

Continuação...

Previdência Privada PGBL	141.648,73	183.648,73
Caderneta de Poupança	135.093,04	177.093,04
Fundos de investimento	52.564,86	94.564,86
Previdência Social	-	42.000,00

Fonte: Secretaria da Previdência (2018).

Nota: \* rendimentos 2017 foi descontado as taxas.

Conforme o Quadro 18, foi feito uma projeção do valor contribuído ao INSS onde o contribuinte recebe uma aposentadoria de R\$ 1.262,33. Verifica-se que ao investirmos em uma previdência privada VGBL, optando pela renda mensal temporária, dependendo do plano escolhido tem data para começar a receber e data para finalizar. Levando em consideração a expectativa de vida e que ao receber por mais 15 anos os valores investidos, servindo como uma alternativa à previdência social, a fim de garantir uma aposentadoria mais confortável, a renda mensal seria de R\$ 1.234,38.

A diferença entre a previdência social e a previdência privada, todo o trabalhador formal contribui obrigatoriamente para a previdência social, podendo ter auxílio-doença, aposentadoria, dentre outros benefícios. Já a previdência privada surgiu como uma opção para complementar a renda da aposentadoria do INSS.

#### 4.4 Sugestões a partir dos resultados

Levando em consideração as informações levantadas no ano de 2017, pode-se visualizar através das informações levantadas e analisadas nas projeções, o que se torna mais rentável para investir no momento.

É importante buscar mais informações a respeito dos tipos de investimentos, seu risco, retorno, custo e liquidez. Ao fazer sua escolha o interessante é buscar mais detalhes do investimento que mais lhe interessa, para optar pelo que mais se enquadra.

Através das pesquisas de como os investimentos estão rendendo e sua segurança, pode-se obter as informações necessárias para avaliar e decidir qual investimento é mais adequado para seus objetivos. No caso da complementação de sua aposentadoria, investir o dinheiro em títulos públicos é uma ótima opção, pois permanecem em alta independente da oscilação da economia, ou em uma

previdência privada, apesar das quedas das taxas de juros, quanto antes se ingressar neste investimento ele trará rentabilidade positiva a longo prazo.

Programar o futuro é de fato muito importante, pois a situação da previdência social no Brasil não está das melhores, os déficits altíssimos que a previdência vem registrando é preocupante. Existem várias opções de investimentos, disponibilizados por instituições bancárias, podendo avaliar e optar pelo que se enquadra em seu bolso, pois ao pagar mensalmente um valor, quando parar de trabalhar terá uma renda suficiente para se manter até o fim da vida.

## CONCLUSÃO

Em relação a previdência social, o surgimento dela veio para garantir as pessoas uma renda que cumpra com as necessidades do trabalhador no futuro, além dos benefícios que podem ser obtidos em caso de necessidade. No entanto não temos opção de escolha, se fosse possível optar não seria vantajoso, pois investindo esse valor retido do salário em aplicações rentáveis, também haveria a garantia em caso de alguma necessidade.

Naquele momento a previdência social atendia aos interesses dos contribuintes, atualmente a situação é preocupante, a expectativa de vida das pessoas aumentou e as famílias estão tendo menos filhos, o que resulta em menos contribuições e mais pessoas recebendo os benefícios. Hoje com as tecnologias e o custo de vida mais elevado, preocupa, já que, além da previdência social receber menos contribuições o que repassa de aposentadoria aos trabalhadores não é o suficiente para manter suas necessidades básicas.

O objetivo principal deste estudo era de identificar se a Previdência Complementar é a mais rentável em comparação a outros investimentos, dentre as opções para o futuro. A previdência complementar não é o investimento mais rentável, porém é seguro e interessante pensando num complemento dos rendimentos a longo prazo. Dentre as opções de investimento os títulos públicos e as LCA são investimentos de segurança e rentáveis, já as ações são investimentos com risco altíssimo.

O primeiro objetivo específico era compreender a evolução recente do Sistema de Previdência Complementar no Brasil. Ao analisar a evolução do sistema de previdência complementar, existem dois grupos disponíveis, os grupos fechados de previdência complementar, que são formados por empresas privadas que investem juntamente com o empregador, constituindo-se num benefício ao empregado, e os grupos abertos de previdência complementar que são constituídos pelo regime privado, sendo operados por entidades abertas que tem como agentes de intermediação as instituições bancárias. Estas instituições cobram para administrar o dinheiro, no qual existem planos de menor valor e menor tempo de investimento, no entanto pode-se optar pelo qual mais se enquadra.

Identificou-se as vantagens em aplicar na Previdência Privada, uma das vantagens é o benefício fiscal, no plano PGBL se dá através da dedução anual do valor investido até o limite de 12% da renda bruta anual. Já para quem faz a declaração de imposto de renda simplificada o mais adequado é o plano VGBL, pagando somente os tributos sobre o rendimento da aplicação, ao invés de sobre o valor total, como acontece com o PGBL. Outra vantagem para quem começa a investir cedo é a possibilidade da alíquota decrescente, que favorece a longo prazo.

Já no segundo objetivo específico que era realizar projeções comparando a rentabilidade da previdência complementar com outros tipos de investimentos, para tanto, procedeu-se as projeções através de informações já existentes, compara-se a rentabilidade dos investimentos diante da previdência complementar. Existem investimentos que rendem mais, porém com maior risco, pensando a longo prazo, a previdência complementar torna-se interessante. Apesar das oscilações da economia em 2018, por ser um período de eleições presidenciais, as expectativas associadas a esse período costumam causar reflexos na economia, podendo após esse período normalizar a economia brasileira.

O terceiro objetivo específico era verificar a necessidade de complementar a aposentadoria da previdência social levando em consideração o custo de vida mais elevado, após a vida ativa pode-se receber um benefício da previdência social, a aposentadoria, porém dependendo de sua renda antes de se aposentar, esse benefício não será o suficiente para a manutenção da qualidade de vida. Nas projeções feitas verifica-se que a previdência social, não rende, e na maioria das

vezes paga um salário mínimo para os aposentados. Ao chegar a velhice nos deparamos com um custo de vida mais elevado, portanto existe a necessidade de complementar a renda no período de inatividade laboral. A previdência social não será o suficiente para manter as necessidades básicas, precisando sim complementar a renda para ter uma velhice mais tranquila.

O quarto objetivo específico era identificar os argumentos necessários para que os trabalhadores procurem através dos outros tipos de investimentos, a proteção e a garantia de suas rendas no futuro. Quanto antes optar em investir algum dinheiro pensando em seu futuro, o investimento trará rentabilidade positiva em longo prazo. Os títulos públicos e as LCA podem garantir que sua renda gerada pela previdência social seja acrescida da renda investida, por serem aplicações seguras e renderem mais que a previdência privada, garantindo uma qualidade de vida adequada até o fim da vida.

O quinto objetivo específico era propor sugestões a partir das projeções realizadas com os investimentos mais rentáveis, através das projeções pode-se verificar qual dos investimentos rende mais, porém sugiro que seja levado em consideração para poder escolher em qual se enquadra, o risco, retorno, custo e liquidez. A aplicação com rendimento maior muitas vezes tem um risco elevado, porém para uma aplicação de longo prazo a previdência complementar pode ser uma ótima opção. Nos resultados obtidos os títulos públicos seguem em alta, são papéis emitidos pelo Tesouro Nacional, representando uma forma de financiar a dívida pública, permitindo que os investidores recebam em troca uma determinada rentabilidade. Estes títulos são os ativos de menor risco da economia.

Espera-se que este trabalho, como contribuição, possa despertar interesse para outras pesquisas na área, em específico para um aprofundamento em relação a previdência complementar e os planos disponíveis. Outra sugestão para trabalhos futuros é realizar uma pesquisa entre os contratantes destes planos, para obter mais informações sobre quais planos são mais utilizados e de quais instituições.

## REFERÊNCIAS

ADVFN. **Debêntures**. 2018. Disponível em: <<https://br.advfn.com/investimentos/renda-fixa/debentures>>. Acesso em: 6 mai. 2018.

ADVFN. **Investimentos renda fixa LCI**. 2018. Disponível em: <<https://br.advfn.com/investimentos/renda-fixa/lci>>. Acesso em: 6 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Investimentos renda fixa LCA**. 2018. Disponível em: <<https://br.advfn.com/investimentos/renda-fixa/lca>>. Acesso em: 6 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Índice Ibovespa**. 2018. Disponível em: <<https://br.advfn.com/indice/ibovespa/2018>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

AFONSO, Luís Eduardo. **Previdência Social e Fundos de Pensão**. Rio de Janeiro: FUNEN-SEG, 1996.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Investimento em ações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BELTRÃO, Kaizô I. et al. **O perfil dos consumidores de planos de Previdência Privada no Brasil**. Rio de Janeiro: FUNENSEG, 2004.

BEUREN, Ilse M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BEUREN, Ilse M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. E-book. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522486977/pageid/0>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Remuneração dos depósitos de poupança**. 2018. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/poupanca/poupanca.asp>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Taxa Selic.** 2018. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

BANCO DO BRASIL. **Opções de Renda do plano de previdência privada.** 2018. Disponível em: <[http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/previdencia/opcoes-de-renda#](http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/previdencia/opcoes-de-renda#/)>. Acesso em: 17 maio. 2018.

\_\_\_\_\_. **Rentabilidade dos Fundos de Investimento.** 2018. Disponível em: <[http://www37.bb.com.br/portalbb/tabelaRentabilidade/rentabilidade/gfi7,802,9085,9089,6.bbx?tipo=1&nivel=500&codigoMenu=901&codigoRet=1761&bread=1\\_9&\\_ga=2.169252001.1270825913.1534105304-997231825.1523659591](http://www37.bb.com.br/portalbb/tabelaRentabilidade/rentabilidade/gfi7,802,9085,9089,6.bbx?tipo=1&nivel=500&codigoMenu=901&codigoRet=1761&bread=1_9&_ga=2.169252001.1270825913.1534105304-997231825.1523659591)>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BANCO BRADESCO. **Rentabilidade dos fundos.** 2018. Disponível em: <<https://www.bradescoseguros.com.br/wps/portal/TransforDigital/Site/Produtos/PrevidenciaPrivada/RentabilidadeFundos/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Rentabilidade dos investimentos.** 2018. Disponível em: <<http://www.fundos.caixa.gov.br/sipii/pages/public/listar-fundos-internet.jsf;jsessionid=LmWHT36GycBiF+03nXX1qtqZ>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BANCO ITAÚ. **Rentabilidade dos investimentos.** 2018. Disponível em: <<https://www.itaui.com.br/investimentos-previdencia/rentabilidade-de-investimentos/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BM&FBOVESPA. **Títulos Privados: Debêntures.** 2016. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-fixa-privada-e-publica/debentures.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-fixa-privada-e-publica/debentures.htm)>. Acesso em: 21 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ações.** 2016. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/acoes.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/acoes.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Tarifas Ações.** 2016. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/servicos/tarifas/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/tarifas-de-acoes-e-fundos-de-investimento/a-vista/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/tarifas/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/tarifas-de-acoes-e-fundos-de-investimento/a-vista/)>. Acesso em: 11 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei 8.213 de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei 6.435, de 15 de julho de 1977. **Dispõe sobre as entidades de previdência privada.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6435impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6435impressao.htm)>. Acesso em: 10 maio. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.177 de 1º de março de 1991. **Estabelece regras para a**



**desindexação da economia e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8177.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8177.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.703 de 7 de agosto de 2012, altera o art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12703.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12703.htm#art1)>. Acesso em: 19 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001. **Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp109.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp109.htm)>. Acesso em 10 maio. 2018.

BRASILPREV. **Regime de Tributação, 2016.** Disponível em: <<https://www2.brasilprev.com.br/ht/previdenciasemmisterio/pordentro/acumulacao/Paginas/regime.aspx>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Fundos e rentabilidade.** 2018. Disponível em: <<https://www1.brasilprev.com.br/fundos-e-rentabilidade>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BBPREVIDÊNCIA. **Previdência Complementar Fechada x Aberta.** 2018. Disponível em: <<http://www.pensefuturo.com.br/previdencia-complementar-fechada-x-aberta-entenda-as-diferencas>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica:** para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHAMON, Omar. **Introdução ao direito previdenciário.** São Paulo: Manole, 2005.

CORREIA, Marcos O. G.; VILLELA, José C. **Previdência Privada:** Doutrina e Comentários à Lei Complementar n. 109/01. São Paulo: LTR, 2005.

DEBIT. **Consulta de indicadores econômicos.** 2018. Disponível em: <<https://www.debit.com.br/consulta10.php>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

DOMINGOS, Reinaldo. **Programa de Educação Financeira e Previdência da BB Previdência.** 2018. Disponível em: <<http://www.pensefuturo.com.br/noticia/educador-financeiro-indica-melhores-investimentos-ate-o-final-do-ano>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

DEBENTURES. **Emissões de Debentures.** 2018. Disponível em: <<http://www.debentures.com.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

FENAPREVI, **Estatísticas.** 2018. Disponível em: <<http://cnseg.org.br/fenaprevi/estatisticas/>>. Acesso em: 8 maio. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. **Tábuas completas de mortalidade.** 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

INFOMONEY. **LCI e LCA**. 2018. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/lci-lca>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Títulos Públicos**. 2017. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/conteudo-patrocinado/tesouro-direto/noticia/6973711/conheca-todos-titulos-publicos-disponiveis-para-investir-tesouro-direto>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Rentabilidade do Tesouro Direto**. 2017. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/conteudo-patrocinado/tesouro-direto/noticia/6848312/qual-rentabilidade-tesouro-direto-conheca-titulos-publicos-ganhos-cada-deles>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **PGBL ou VGBL: descomplicando a previdência privada**, 2017. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/onde-investir/previdencia/noticia/6351136/pgbl-vgbl-descomplicando-previdencia-privada>>. Acesso em: 11 maio. 2018.

\_\_\_\_\_. **Tesouro Direto**. Disponível em: <<http://educacao.infomoney.com.br/tesouro-direto/treinamento.html>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **As dez Debêntures com maior retorno**. 2017. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/onde-investir/renda-fixa/noticia/6971924/quer-diversificar-investimentos-veja-debentures-com-maior-retorno>>. Acesso em: 6 maio. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL. **Tabela de Contribuição mensal**. 2018. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/calculo-da-guia-da-previdencia-social-gps/tabela-de-contribuicao-mensal/>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

JUNIOR, Miguel Horvath. **Direito previdenciário**. São Paulo: Manole, 2011.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de metodologia científica** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Francisco M. M. de; LIMA, Francisco P. R. M de. **Reforma trabalhista: entenda ponto por ponto**. São Paulo: LTR, 2017.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. E-book. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788560031849/pageid/0>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente de trabalho, assistência social e saúde**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Gilberto de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. E-book. Disponível em: <<https://>>

integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522466085/pageid/0>. Acesso em: 16 maio. 2018.

MELLAGI FILHO, Armando; ISHIKAWA, Sérgio. **Mercado Financeiro e de Capitais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Déficit da Previdência Social**. 2017. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2017/janeiro/rgps-deficit-da-previdencia-social-em-2016-foi-de-r-151-9-bilhoes>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico Anual**. 2016. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/AEPS-2016.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

MINHAS ECONOMIAS. **As rentabilidades dos principais indicadores financeiros em diversos períodos**. 2018. Disponível em: <<http://minhaseconomias.com.br/blog/investimentos/resumo-do-mercado-financeiro>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Melhores investimentos por rentabilidade mês**. 2018. Disponível em: <<http://minhaseconomias.com.br/blog/investimentos/melhores-investimentos-por-rentabilidade-mes>>. Acesso em: 6 mai. 2018.

PORTAL DE FINANÇAS. **Taxa CDI**. 2018. Disponível em: <<http://www.portaldefinancas.com/cdi>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

RECEITA FEDERAL. **Imposto sobre a renda das pessoas físicas**. 2018. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/tributos/irpf-imposto-de-renda-pessoa-fisica>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Tabela de taxa de juros de longo prazo**. 2018. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/pagamentos-e-parcelamentos/taxa-de-juros-de-longo-prazo-tjlp>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

RIBEIRO Amarolina. Mundo Educação: **Envelhecimento populacional e previdência**. 2018. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/envelhecimento-populacional-previdencia.htm>>. Acesso em: 17 out. 2018.

SECRETÁRIA DA PREVIDÊNCIA. **Previdência complementar**. 2017. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previdencia-complementar/o-que-previdencia-complementar/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Benefícios do Regime Geral da Previdência Social**. 2018. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/estatisticas-municipais-2017/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

SILVA NETO, Lauro de Araújo. **Guia de investimentos**. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. **Decisões financeiras e análise de investimentos: Fundamentos, técnicas e aplicações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TESOURO DIRETO. **Tributação e Vantagens**. 2018. Disponível em: <<http://www.tesouro.gov.br/tesouro-direto-vantagens#this>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Rentabilidade Tesouro Direto**. 2018. Disponível em: <<http://www.tesouro.gov.br/pt/-/rentabilidade-acumulada>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014. *E-book*. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522491001/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>>. Acesso em: 16 maio. 2018.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Orçamento de capital: A decisão de impacto**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra, 1994.

WEINTRAUB, Arthur Bragança de Vasconcellos. **Previdência Privada: Atual conjuntura e sua função complementar ao regime geral da previdência social**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

## APÊNDICE A – Coleta de dados da Previdência Complementar

## RESULTADO

Fundo escolhido **BRADESCO VGBL FIX**Período: **Por ano completo (mês a mês)**Datas da consulta: de **01/01/2017** a **31/12/2017**Alterar filtros: [+PERÍODO](#) [+COMPARAÇÃO DOS FUNDOS](#)

CONSULTA POR GRÁFICO

CONSULTA POR TABELA

Mês	Rentabilidade
01/17	0.7705
02/17	0.8106
03/17	0.7874
04/17	0.5646
05/17	0.6167
06/17	0.6578
07/17	0.7595
08/17	0.5811
09/17	0.5084
10/17	0.3676
11/17	0.3187
12/17	0.3367

NOVA CONSULTA

VERSÃO PARA IMPRESSÃO

EXPORTAR [CSV](#) [TXT](#)

ENVIAR POR E-MAIL

Voltar

## RESULTADO

Fundo escolhido **BRADESCO VGBL FIX**Período: **Período personalizado**Datas da consulta: de **01/01/2018** a **31/07/2018**Alterar filtros: [+PERÍODO](#) [+COMPARAÇÃO DOS FUNDOS](#)

CONSULTA POR GRÁFICO

CONSULTA POR TABELA

Mês	Rentabilidade
01/18	0.346
02/18	0.2655
03/18	0.3967
04/18	0.2321
05/18	0.0359
06/18	0.1491
07/18	0.305

NOVA CONSULTA

VERSÃO PARA IMPRESSÃO

EXPORTAR [CSV](#) [TXT](#)

ENVIAR POR E-MAIL

Voltar

## RESULTADO

Fundo escolhido **BRADESCO VGBL V40/30**Período: **Por ano completo (mês a mês)**Datas da consulta: de **01/01/2017** a **31/12/2017**Alterar filtros: [+PERÍODO](#) [+COMPARAÇÃO DOS FUNDOS](#)

CONSULTA POR GRÁFICO

CONSULTA POR TABELA

Mês	Rentabilidade
01/17	2.9609
02/17	1.866
03/17	-0.4144
04/17	-0.0796
05/17	-0.0796
06/17	-0.6873
07/17	2.3607
08/17	3.3954
09/17	1.7073
10/17	0.8029
11/17	-0.9608
12/17	2.1059

NOVA CONSULTA

VERSÃO PARA IMPRESSÃO

EXPORTAR  

ENVIAR POR E-MAIL

Voltar

## RESULTADO

Fundo escolhido **BRADESCO VGBL V40/30**Período: **Por ano completo (mês a mês)**Datas da consulta: de **01/01/2018** a **30/09/2018**Alterar filtros: [+PERÍODO](#) [+COMPARAÇÃO DOS FUNDOS](#)

CONSULTA POR GRÁFICO

CONSULTA POR TABELA

Mês	Rentabilidade
01/18	4.1462
02/18	1.2277
03/18	-0.5221
04/18	0.5384
05/18	-4.3556
06/18	-2.405
07/18	4.5046
08/18	-1.8407
09/18	1.9089

NOVA CONSULTA

VERSÃO PARA IMPRESSÃO

EXPORTAR  

ENVIAR POR E-MAIL

Voltar

## RESULTADO

Fundo escolhido **BRADESCO PREV FÁCIL PGBL FIX**Período: **Por ano completo (mês a mês)**Datas da consulta: de **01/01/2017** a **31/12/2017**Alterar filtros: [+PERÍODO](#) [+COMPARAÇÃO DOS FUNDOS](#)

CONSULTA POR GRÁFICO

CONSULTA POR TABELA

Mês	Rentabilidade
01/17	0.7703
02/17	0.8105
03/17	0.7872
04/17	0.5644
05/17	0.6165
06/17	0.6576
07/17	0.7594
08/17	0.581
09/17	0.5083
10/17	0.3673
11/17	0.3186
12/17	0.3365

NOVA CONSULTA

VERSÃO PARA IMPRESSÃO

EXPORTAR  

ENVIAR POR E-MAIL

Voltar

## RESULTADO

Fundo escolhido **BRADESCO PREV FÁCIL PGBL FIX**Período: **Período personalizado**Datas da consulta: de **01/01/2018** a **31/07/2018**Alterar filtros: [+PERÍODO](#) [+COMPARAÇÃO DOS FUNDOS](#)

CONSULTA POR GRÁFICO

CONSULTA POR TABELA

Mês	Rentabilidade
01/18	0.3458
02/18	0.2653
03/18	0.3965
04/18	0.2319
05/18	0.0358
06/18	0.149
07/18	0.3048

NOVA CONSULTA

VERSÃO PARA IMPRESSÃO

EXPORTAR  

ENVIAR POR E-MAIL

Voltar

## RESULTADO

Fundo escolhido **BRADESCO PGBL V40/30**Período: **Por ano completo (mês a mês)**Datas da consulta: de **01/01/2017** a **31/12/2017**Alterar filtros: [+PERÍODO](#) [+COMPARAÇÃO DOS FUNDOS](#)

CONSULTA POR GRÁFICO

CONSULTA POR TABELA

Mês	Rentabilidade
01/17	2.9777
02/17	1.8635
03/17	-0.4096
04/17	-0.0824
05/17	-0.0809
06/17	-0.6891
07/17	2.3581
08/17	3.4065
09/17	1.7105
10/17	0.8074
11/17	-0.9487
12/17	2.0977

NOVA CONSULTA

VERSÃO PARA IMPRESSÃO

EXPORTAR [CSV](#) [TXT](#)

ENVIAR POR E-MAIL

Voltar

## RESULTADO

Fundo escolhido **BRADESCO PGBL V40/30**Período: **Período personalizado**Datas da consulta: de **01/01/2018** a **31/07/2018**Alterar filtros: [+PERÍODO](#) [+COMPARAÇÃO DOS FUNDOS](#)

CONSULTA POR GRÁFICO

CONSULTA POR TABELA

Mês	Rentabilidade
01/18	4.1507
02/18	1.2437
03/18	-0.5177
04/18	0.5361
05/18	-4.3683
06/18	-2.419
07/18	4.494

NOVA CONSULTA

VERSÃO PARA IMPRESSÃO

EXPORTAR [CSV](#) [TXT](#)

ENVIAR POR E-MAIL

Voltar



## BRASILPREV RT CICLO DE VIDA 2020 FIC DE FI MULTIMERCADO

## Objetivo do Fundo

O objetivo do fundo é alcançar os melhores resultados, mediante a utilização de estratégia de alocação dos seus recursos em diversas classes de ativos e modalidades operacionais, sem o compromisso de concentração em qualquer fator de risco em especial, através das aplicações em cotas de fundos especialmente constituídos de acordo com parâmetros e limites definidos pela legislação em vigor.

## Público Alvo

O FUNDO destina-se, exclusivamente, à aplicação dos recursos financeiros oriundos das provisões dos planos de previdência complementar e seguros de pessoas com cobertura de sobrevivência instituídos pela BRASILPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, cotista exclusivo.

## Informações Gerais

Fundo	BRASILPREV RT CICLO DE VIDA 2020 FIC DE FI MULTIMERCADO
CNPJ	06.001.797/0001-28
Gestor	Brasilprev Seguros e Previdência S/A
Administrador	BB Gestão de Recursos DTVM S/A
Início do Fundo	02/08/2007
Taxa de Adm.	2,00 % a.a.
Auditoria	KPMG Auditores Independentes
Código ANBIMA	192066
Categoria Anbima	Previdência Data Alvo

## Dados do Fechamento Mensal

	Patrimônio	Cota 28-set-18	Cota 29-dez-17
R\$	1.530.481.585,16	2,413456	2,339562

## Histórico de Rentabilidade do Fundo

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum. Ano
2014	-3,14%	2,39%	1,82%	2,02%	2,64%	0,66%	1,75%	4,90%	-4,20%	1,60%	1,32%	-2,32%	9,45%
2015	0,67%	1,89%	-0,09%	2,86%	0,55%	0,25%	-0,47%	-2,09%	-0,36%	1,59%	0,64%	0,57%	6,09%
2016	0,52%	1,77%	3,72%	2,40%	-0,33%	1,60%	2,01%	0,88%	1,02%	1,18%	-0,03%	1,21%	17,09%
2017	1,34%	1,51%	0,85%	0,41%	0,19%	0,58%	1,57%	0,97%	0,92%	0,21%	-0,14%	0,83%	9,64%
2018	1,21%	0,37%	0,63%	0,28%	-0,80%	0,05%	0,88%	0,03%	0,47%	-	-	-	3,16%

## Rentabilidade do Fundo



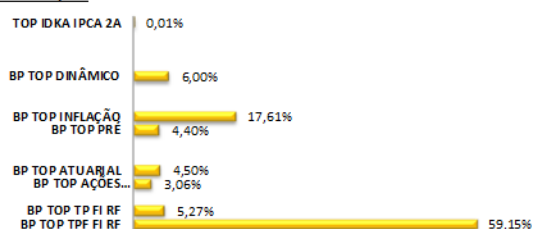
## Tabela Rentabilidades no Período

Data	Mês	Ano	12 meses	36 meses	60 meses
CV 2020	0,47%	3,16%	4,09%	36,17%	51,68%
Poupança	0,37%	3,47%	4,84%	21,92%	40,57%
CDI	0,47%	4,81%	6,65%	35,76%	68,62%
IMA-B	-0,15%	2,88%	2,55%	52,38%	78,04%
Ibovespa	0,15%	3,85%	6,80%	76,09%	51,60%
IPCA-15	0,09%	2,83%	4,28%	16,33%	35,90%

\*\* Variação da poupança considerando a regra de rentabilidade 0,50% + TR  
Os indicadores tratam-se de mera referência econômica e não de meta ou parâmetro de performance

## Composição da Carteira FIC

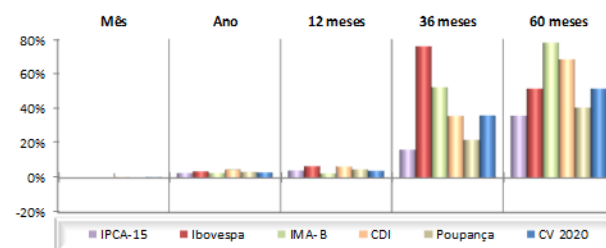
## FIEs Brasilprev



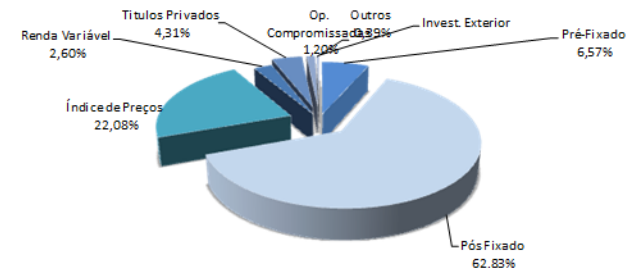
## Evolução do Patrimônio Líquido - Dados em Milhões (R\$)



## Rentabilidade do Fundo X Indicadores



## Composição de Títulos



\* É recomendada a leitura cuidadosa do regulamento e do prospecto do fundo de investimento pelo investidor, antes de investir. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do fundo garantidor de créditos (FGC).

\* Este boletim tem caráter meramente informativo, não podendo ser distribuído, reproduzido ou copiado sem a expressa concordância da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Apesar de zelar pela exatidão dos dados, a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. não se responsabiliza pela total precisão das informações que poderão, eventualmente, estar incompletas ou resumidas.

Fonte informações de Fundos: Quantum Axis

Fonte indicadores: Bovespa, FGV, Banco Central do Brasil e CETIP



A presente instituição aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

## BRASILPREV RT CICLO DE VIDA IV 2040 FICFI MULTIMERCADO

### Objetivo do Fundo

O objetivo do fundo é alcançar os melhores resultados, mediante a utilização de estratégia de alocação dos seus recursos em diversas classes de ativos e modalidades operacionais, sem o compromisso de concentração em qualquer fator de risco em especial, através das aplicações em cotas de fundos especialmente constituídos de acordo com parâmetros e limites definidos pela legislação em vigor.

### Público Alvo

O FUNDO destina-se, exclusivamente, à aplicação dos recursos financeiros oriundos das provisões dos planos de previdência complementar e seguros de pessoas com cobertura de sobrevivência instituídos pela BRASILPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, cotista exclusivo.

### Informações Gerais

Fundo	BRASILPREV RT CICLO DE VIDA IV 2040 FICFI MULTIMERCADO
CNPJ	17.209.709/0001-02
Gestor	Brasilprev Seguros e Previdência S/A
Administrador	BB Gestão de Recursos DTVM S/A
Início do Fundo	06/02/2013
Taxa de Adm.	2,50 % a.a.
Auditoria	KPMG Auditores Independentes
Código ANBIMA	328464
Categoria Anbima	Previdência Data Alvo

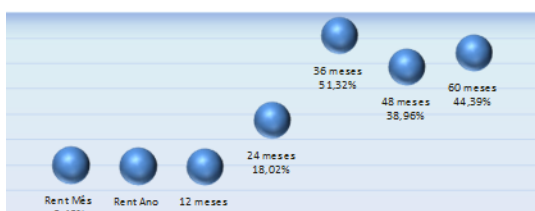
### Dados do Fechamento Mensal

	Patrimônio	Cota 28-set-18	Cota 29-dez-17
R\$	24.318.952,25	1,268330	1,270030

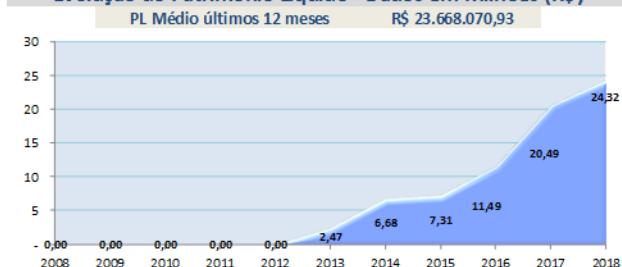
### Histórico de Rentabilidade do Fundo

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum. Ano
2014	-5,70%	2,03%	3,30%	2,29%	2,69%	1,21%	2,33%	7,71%	-8,33%	1,67%	1,27%	-5,41%	3,98%
2015	-1,59%	4,20%	-0,95%	5,74%	-1,08%	-0,29%	-2,80%	-6,16%	-2,40%	2,22%	-0,02%	-1,17%	-4,76%
2016	-2,26%	3,68%	10,45%	5,60%	-4,27%	3,91%	6,43%	0,58%	0,88%	4,42%	-3,52%	0,82%	28,95%
2017	4,36%	4,07%	-0,66%	-0,18%	-2,59%	-0,04%	4,37%	3,54%	2,93%	-0,82%	-2,27%	2,90%	16,34%
2018	6,47%	0,33%	0,15%	-0,12%	-7,00%	-2,76%	4,68%	-1,67%	0,40%	-	-	-	-0,13%

### Rentabilidade do Fundo



### Evolução do Patrimônio Líquido - Dados em Milhões (R\$)

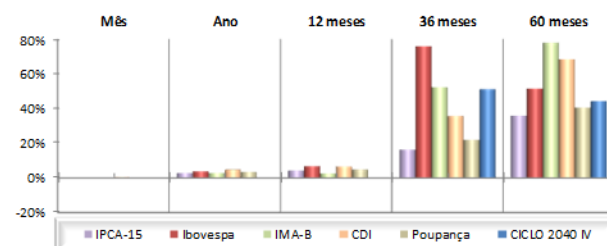


### Tabela Rentabilidades no Período

Data	Mês	Ano	12 meses	36 meses	60 meses
CICLO 2040 IV	0,40%	-0,13%	-0,40%	51,32%	44,39%
Poupança	0,37%	3,47%	4,84%	21,92%	40,57%
CDI	0,47%	4,81%	6,65%	35,76%	68,62%
IMA-B	-0,15%	2,88%	2,55%	52,38%	78,04%
Ibovespa	0,15%	3,85%	6,80%	76,09%	51,60%
IPCA-15	0,09%	2,83%	4,28%	16,33%	35,90%

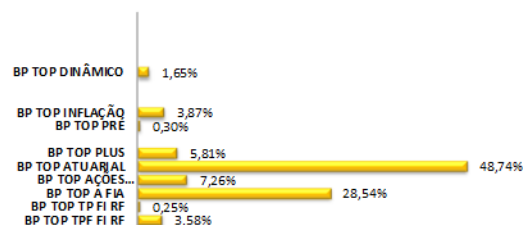
\*\* Variação da poupança considerando a regra de rentabilidade 0,50% + TR  
Os indicadores tratam-se de mera referência econômica e não de meta ou parâmetro de performance

### Rentabilidade do Fundo X Indicadores

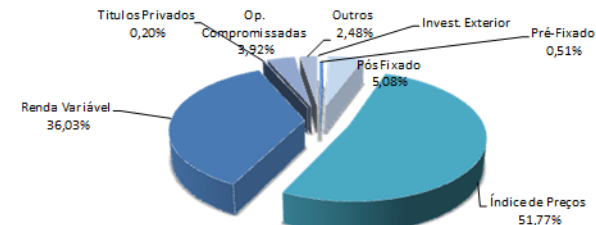


### Composição da Carteira FIC

#### FIEs Brasilprev



### Composição de Títulos



\* É recomendada a leitura cuidadosa do regulamento e do prospecto do fundo de investimento pelo investidor, antes de investir. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do fundo garantidor de créditos (FGC).

\* Este boletim tem caráter meramente informativo, não podendo ser distribuído, reproduzido ou copiado sem a expressa concordância da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Apesar de zelar pela exatidão dos dados, a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. não se responsabiliza pela total precisão das informações que poderão, eventualmente, estar incompletas ou resumidas.

Fonte informações de Fundos: Quantum Axis

Fonte indicadores: Bovespa, FGV, Banco Central do Brasil e CETIP



A presente instituição aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

Nome do investimento	Aplicação inicial	Grau de Risco	Data	Rentab. do dia %	Rentabilidade acumulada (%)						Valor da cota	TX. Adm % a.a.**	Data de início	PL médio R\$ MM 12 meses	Aberto / Fechado para contratações
					No mês anterior	No ano #	12 meses*	24 meses*	36 meses*						
Itaú VGBL Investors V40(42)	15.000,00	Alto	16/10	1,19	3,51	6,33	4,42	21,03	44,55		18,37	2,5%	01/01/2008	43,2	A
Itaú 1ª Previdência VGBL V40(30)	1.000,00	Alto	16/10	1,19	3,5	5,99	3,97	20,09	42,58		28,98	3%	01/01/2008	57,6	A

Nome do investimento	Aplicação inicial	Grau de Risco	Data	Rentab. do dia %	Rentabilidade acumulada (%)						Valor da cota	TX. Adm % a.a.**	Data de início	PL médio R\$ MM 12 meses	Aberto / Fechado para contratações
					No mês anterior	No ano #	12 meses*	24 meses*	36 meses*						
Itaú PGBL Investors V10(37)	15.000,00	Baixo	16/10	0,35	1,3	3,8	3,71	15,47	31,97		22,23	2,5%	01/01/2008	93,2	A
Itaú 1ª Previdência PGBL Fases Vida 2030(7)	1.000,00	Alto	16/10	1,01	3,97	6,06	2,96	19,48	46,49		19,98	2,6%	01/01/2008	85,9	A

Fonte: Itaú (2018, texto digital).

## APÊNDICE B – Projeção

Investimento	Rendimento acum. 2017 (a.a.)	Taxas (a.a.)	Taxa de carregamento (a.a.)	
Previdência Privada VGBL	10,94%	2,25%	3,00%	.+IR
Previdência Privada PGBL	10,02%	2,18%	3,00%	.+IR
Caderneta de Poupança	6,99%	0%		
Debêntures	8,54%	0,30%		.+IR
Ações	26,86%	2%		.+IR
Fundos de investimento	6,18%	1,21%		.+IR
Títulos Públicos	9,14%	0%		.+IR
LCI	7,94%	0%		
LCA	8,94%	0,30%		

Investimento	Rendimento parcial 2018 (a.a.)	Taxas (a.a.)	Taxa de carregamento (a.a.)	
Previdência Privada VGBL	2,71%	2,25%	3,00%	.+IR
Previdência Privada PGBL	1,97%	2,18%	3,00%	.+IR
Caderneta de Poupança	3,55%	0%		
Debêntures	11,39%	0,30%		.+IR
Ações	3,69%	2%		.+IR
Fundos de investimento	2,94%	1,21%		.+IR
Títulos Públicos	7,26%	0%		.+IR
LCI	2,98%	0%		
LCA	3,36%	0,30%		



**UNIVATES**

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil  
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000  
[www.univates.br](http://www.univates.br) | 0800 7 07 08 09